

**IMPACTOS DA EXPANSÃO
DO AGRONEGÓCIO NO MATOPIBA:
COMUNIDADES E MEIO AMBIENTE**



IMPACTOS DA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO MATOPIBA: COMUNIDADES E MEIO AMBIENTE

RIO DE JANEIRO, 2017

INICIATIVA

ActionAid no Rio de Janeiro
Rua Moraes e Vale, 111 / 5º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20021-260 | TEL: (21) 2189-4600

ActionAid em Recife
Rua Viscondessa do Livramento, 168
Derby – Recife – PE
CEP: 52010-060 | TEL: (81) 3423-0677

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
Rua Heitor Peixoto, 218
Aclimação – São Paulo – SP
CEP: 01543-000 | TEL: (11) 3271-1237

PESQUISA E TEXTO

Fábio Teixeira Pitta
Gerardo Cerdas Vega

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Gerardo Cerdas Vega

ISBN

978-85-89473-21-7

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Mórula_Oficina de Ideias

REVISÃO

Suzana Barbosa

FOTO [CAPA]

Eanes Silva / Coletivo de Comunicação da Campanha
Nacional em Defesa do Cerrado.

A imagem retrata um cajueiro típico do Cerrado. Nessa região, a 20 km de distância de Balsas-MA, é possível andar até 40 km sem encontrar nenhuma outra sombra como a desse cajueiro.

As opiniões vertidas neste texto são de inteira responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem o ponto de vista institucional da ActionAid, da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos ou da Ford Foundation.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | 4

PARTE 1 | Caracterização socioambiental do Cerrado | **9**

PARTE 2 | Modernização da agricultura e expulsão dos camponeses no Cerrado brasileiro a partir da segunda metade do século XX | **31**

PARTE 3 | A expansão do agronegócio na região do MATOPIBA como 'última fronteira' na conquista do Cerrado pelas agroindústrias no século XXI | **45**

À MANEIRA DE CONCLUSÃO | 70

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 74

APRESENTAÇÃO

A expansão da fronteira agrícola e pecuária no Cerrado brasileiro, nas últimas quatro décadas, já levou à perda total ou à degradação de 52% do bioma, colocando prementes ameaças para seu futuro e para as formas de vida tradicionais de seus habitantes. Desde a década de 1970, atividades intensivas e extensivas como a pecuária e as monoculturas de soja, cana-de-açúcar e eucalipto, têm levado a intenso desmatamento e degradação dos solos, mudando de forma dramática a paisagem, as interações ecológicas *intra* e *extrabioma* e alterando de forma igualmente abrupta a vida das comunidades tradicionais do Cerrado. Adicionalmente, a produção de carvão vegetal no Cerrado tem impactos severos sobre o meio ambiente, ao agudizar o desmatamento para alimentar a demanda da indústria siderúrgica brasileira. Tudo isso sem contar que, no Cerrado, há também grandes projetos de mineração e barragens, fazendo com que aproximadamente dez pequenos rios sequem a cada ano.

Embora a expansão da agricultura moderna seja apresentada como sustentável e respeitosa ao meio ambiente por parte do governo, dos grandes proprietários de terra e capitais nacionais e transnacionais do agronegócio, é preciso destacar que há acirrados debates e disputas a esse respeito, diretamente relacionados com o processo de alargamento das várias ‘fronteiras’ que convergem na região: agrícola, pecuária, mineradora, hidroelétrica etc. Infelizmente, as vozes das comunidades impactadas não têm o mesmo peso relativo no debate *vis-à-vis* os atores empresariais ou governamentais.

A expansão da agricultura e da pecuária comerciais leva à maior concentração da terra e esta, por sua vez, significa que os povos tradicionais sofrem pelo não reconhecimento de seus direitos territoriais, baseados nos costumes e na ocupação continuada do solo ao longo das gerações, mais do que em documentos

1. Uma sigla resultante do nome dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, compreendidos nesta região.
2. Cabe notar que em inícios de julho a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que reativa a Agência de Desenvolvimento do MATOPIBA. O projeto ainda deve ir para as Comissões legislativas e para o Plenário, mas o fato dele ter sido aprovado mostra que há interesses poderosos por trás da iniciativa, após ela ter sido revogada pelo próprio Executivo.

legais emitidos pelo Estado, numa região que se caracteriza pela irregularidade fundiária. A expansão das agroindústrias, dominadas atualmente pelo capital financeiro, leva à utilização intensiva de recursos como a água, à poluição de aquíferos e à transformação da paisagem mediante a introdução não só das lavouras, mas das diversas infraestruturas produtivas e de escoamento indispensáveis à realização dessas atividades, como estradas e hidrovias.

Em maio de 2015, como uma forma de coroar todo esse processo de expansão, o governo brasileiro criou a região especial conhecida como MATOPIBA¹, situada na região norte do Cerrado (onde ainda existe grande parte de sua cobertura vegetal original), o que daria o marco legal indispensável a uma ocupação ainda mais intensiva do bioma por parte do capital financeiro e agroindustrial, visando à exportação de *commodities* agrícolas e minerais. Mas, mesmo quando o governo de Michel Temer revogou o Decreto de criação do MATOPIBA², a dinâmica expansiva continua e cada vez há mais relatos de arbitrariedades e violência contra as comunidades locais, as primeiras vítimas do conjunto de retrocessos que vem acontecendo no campo brasileiro.

A despeito de sua extraordinária relevância socioambiental, o Cerrado é em larga medida desconhecido e inferiorizado. Ele ainda não é visto como referência para pensar a sócio e a biodiversidade brasileira, sendo apresentado como ‘um lugar entre lugares’ e até como um espaço despovoado. Isso tudo favorece a conformação de um imaginário que legitima sua destruição e, portanto, torna as disputas territoriais neste bioma extremamente intensas. Identidades invisíveis e territórios negados são ainda política de troca no plano ambiental brasileiro e o fato de não haver nenhuma compreensão da interdependência entre os biomas tira a importância do Cerrado dos discursos e valida o seu desaparecimento.

O processo anterior, sumariamente descrito, guarda relação com dinâmicas de acumulação em escala global que colocam ameaças para a soberania alimentar e nutricional e para os direitos territoriais das comunidades tradicionais ao redor do mundo, para o abastecimento de água para populações rurais e urbanas, assim como desafios para a mudança climática em escala planetária. A expansão das lavouras agroindustriais e da pecuária em larga escala leva a desmatamento massivo, mudanças nos regimes de chuva, emissões de carbono crescentes e temperaturas elevadas (SASSEN, 2016), estabelecendo uma conexão que vai desde o local até o global. A destruição do Cerrado é um problema que extrapola o Brasil e diz respeito a questões que hoje preocupam a sociedade civil, aos governos e às instituições de governança mundial do clima e da alimentação.

Nesse cenário, as comunidades chamadas tradicionais e suas organizações representativas, organizações não governamentais e setores acadêmicos interessados nas dinâmicas socioambientais do Cerrado, assim como em sua defesa e preservação, enfrentam obstáculos consideráveis para que suas demandas, visões de mundo, práticas de produção e manejo florestal, territórios e formas de vida tradicionais sejam consideradas e ouvidas, garantindo o pleno respeito dos direitos humanos e territoriais das comunidades e grupos atingidos. É preciso destacar que hoje em dia as terras indígenas e tradicionais estão literalmente cercadas por todos os lados, gerando intensos conflitos fundiários, agudizados pelo fato de que as atuais categorias de enquadramento territorial são problemáticas, porque deixam de fora grande parte dos povos do Cerrado que não se configuram como indígenas ou quilombolas. Esses outros grupos são expropriados com maior facilidade e isso é o que estamos verificando na atualidade.

Levando em conta o anterior, a ActionAid Brasil e a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos consideram fundamental **que essas vozes sejam ouvidas no desenho e implementação dos planos de desenvolvimento voltados para o Cerrado**, pois até agora têm predominado os interesses e as visões de governos e empresários ligados à grande fazenda agrícola ou pecuária, à mineração e à expansão de infraestruturas, em detrimento de povos indígenas e tradicionais e de outros grupos atingidos, assim como do meio ambiente. O futuro dos 48% restantes do Cerrado não pode ser tratado como algo secundário, feito sem a participação da sociedade civil e dos povos indígenas e tradicionais e sem se conhecer mais profundamente a diversidade desse bioma, cuja perda completa seria irreparável.

Uma política nacional para o Cerrado, que vá além de apenas fomentar a expansão do agronegócio nos mesmos moldes do passado, deve considerar a complexidade socioambiental desse bioma e se pautar sobre a base da consulta a todas as partes interessadas, **muito em especial aos povos indígenas e camponeses** que historicamente sofreram com a expansão da fronteira das agroindústrias e da pecuária e que hoje continuam a ser invisibilizados no debate, com danosas consequências para sua reprodução e sobrevivência. A expansão do agronegócio sobre as áreas do Cerrado ainda não convertidas à agroindústria ou às atividades extrativas deve ser evitada e, em todo caso, deve preservar os direitos humanos das populações tradicionais, nos casos em que já se verifica esse avanço, respeitando as demandas e reivindicações históricas desses grupos e garantindo que as práticas e formas de produção tradicionais subsistam e sejam apoiadas por políticas públicas concebidas com essa finalidade, dentre outros aspectos críticos. Não podemos seguir de olhos fechados diante

dos imensos desafios que as disputas pelo uso e pela preservação do Cerrado colocam para o Brasil.

O objetivo do presente documento é trazer uma reflexão sobre os impactos da expansão do agronegócio no MATOPIBA, em especial para os povos e comunidades tradicionais que habitam nessa região. Mas, sendo o MATOPIBA uma área de expansão recente dentro do Cerrado como um todo, será preciso ter uma visão mais abrangente do bioma e não apenas dessa região específica, para entender adequadamente o tema em seu conjunto.

PARTE 1

CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO CERRADO

Uma adequada caracterização do perfil socioambiental do Cerrado é indispensável à compreensão da problemática atual que a expansão das diversas ‘fronteiras’ coloca para esse bioma brasileiro. Portanto, dedicaremos algumas páginas à construção desse perfil, mas sem sermos exaustivos na abordagem do assunto.

O QUE É O CERRADO, QUAIS SÃO SUAS CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS E SUA IMPORTÂNCIA ECOSISTÊMICA?

O bioma Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro (atrás apenas da Amazônia, em termos de extensão), ocupando uma área aproximada de 2,036 milhões de km² (24% do território nacional)³, e sendo o lar de 5% da biodiversidade do planeta. Sua área nuclear abrange o Distrito Federal e dez estados: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Maranhão, Bahia, Piauí, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, somando aproximadamente 1.500 municípios e se estendendo para parte do nordeste do Paraguai e leste da Bolívia (MMA, 2009, p. 4).

3. Outras estimativas calculam que o Cerrado cobre 37% do território brasileiro, caso sejam levadas em consideração todas as áreas de transição para outros biomas e as ilhas de Cerrado na Amazônia. (SILVA, 2009, p. 31).

QUADRO 1 | PORCENTAGEM DOS ESTADOS BRASILEIROS COBERTA ORIGINALMENTE PELO BIOMA CERRADO

UNIDADE FEDERATIVA	% DE CERRADO	UNIDADE FEDERATIVA	% DE CERRADO
DISTRITO FEDERAL	100	MATO GROSSO	40
GOIÁS	97	PIAUI	37
TOCANTINS	92	SÃO PAULO	33
MARANHÃO	65	BAHIA	27
MATO GROSSO DO SUL	61	PARANÁ	2
MINAS GERAIS	57		

FONTE: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, MMA, 2009.

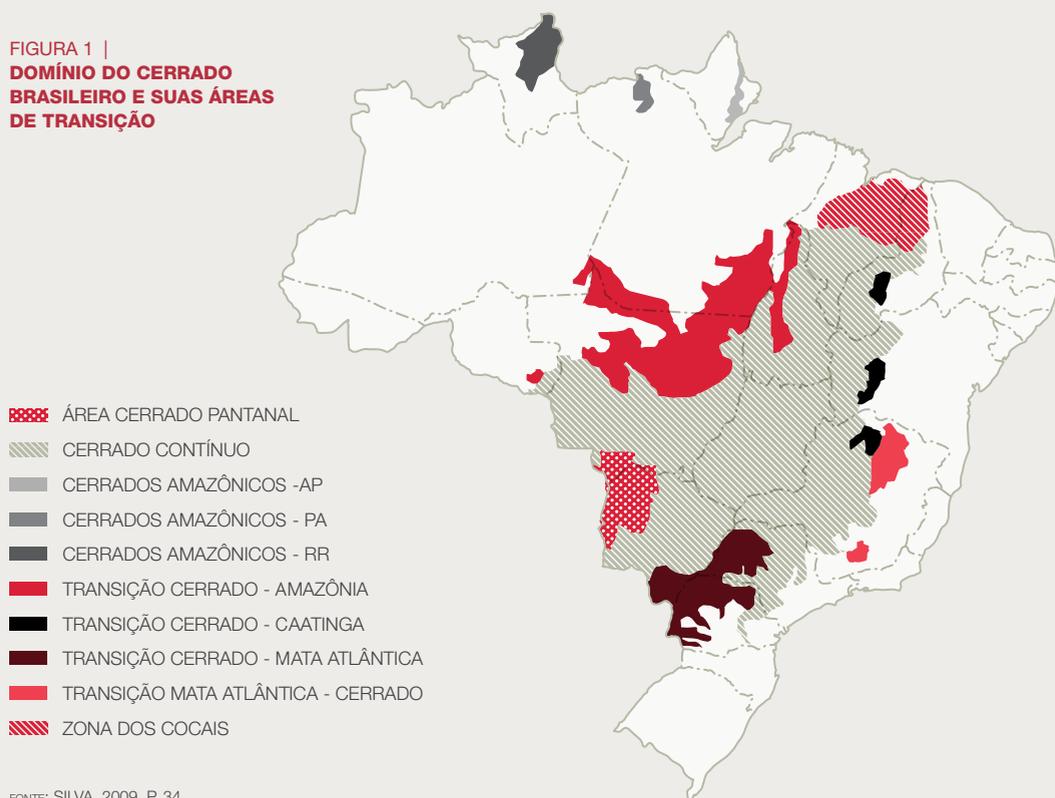
Por esses motivos, o Cerrado é considerado a savana mais rica do mundo do ponto de vista da biodiversidade e, adicionalmente, em sua área de abrangência, situam-se três grandes aquíferos de importância tanto para o Brasil quanto para a América do Sul: o Guarani, o Bambuí e o Urucuia, que contribuem com a formação de 2/3 das regiões hidrográficas brasileiras: Amazônica (4%), Araguaia-Tocantins (71%), Atlântico Ocidental e Atlântico Nordeste (11%), São Francisco (94%), Atlântico Leste (7%) e Paraná e Paraguai (71%). Segundo as organizações sociais que lançaram, em 2012, a *Carta dos Extrativistas e Agroextrativistas do Cerrado diante da grave situação desse bioma e seus povos*:

É no Cerrado que se formam os rios que conformam as grandes bacias hidrográficas brasileiras como a do São Francisco, a do Doce, a do Jequitinhonha, a do Jaguaribe, a do Parnaíba, a do Araguaia/Tocantins, do Xingu, do Tapajós e Madeira (da bacia amazônica), além dos formadores da bacia do Paraguai e do Paraná/bacia do Prata? [...] Ignora-se que estão relacionadas ao Cerrado as duas maiores áreas alagadas continentais do planeta, ou seja, o Pantanal e o Araguaia? (ECODEBATE, 2012)

O Cerrado compreende um mosaico de vários tipos de vegetação, como os campos e as matas de galeria. A extraordinária diversidade de fitofisionomias é resultante da diversidade de solos, de topografia e de climas que ocorrem no Brasil central. Assim, o Cerrado abriga diversos tipos de plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas e cipós, totalizando 12.356 espécies que ocorrem espontaneamente e uma flora vascular nativa (pteridófitas e fanerógamas), somando 11.627 espécies (MMA, 2009, p. 15), 250 espécies de mamíferos, 837 espécies de aves, 1.200 espécies de peixes e 150 espécies de anfíbios, sendo em muitos casos espécies endêmicas (44% da flora

é endêmica, por exemplo). Isso apenas descreve, contudo, uma parte de sua riqueza nativa, pois se calcula que umas 320 mil espécies animais existem no Cerrado, especialmente pela grande diversidade de insetos presentes no bioma, que representam 28% de toda a biota do Cerrado (MMA, 2009; BENSUSAN, 2016).

FIGURA 1 |
**DOMÍNIO DO CERRADO
BRASILEIRO E SUAS ÁREAS
DE TRANSIÇÃO**



FONTE: SILVA, 2009, P. 34.

Por seu tamanho e complexidade natural, o Cerrado é fundamental para a preservação do outro grande bioma brasileiro: a Amazônia. O Cerrado e a Amazônia, tão aparentemente diferentes, formam uma unidade dinâmica cujas interações são frequentemente ignoradas, desconhecidas ou subestimadas. Na verdade, o mesmo se pode dizer dos outros biomas brasileiros, pois o Cerrado, devido à sua localização nos chapadões centrais do Brasil, guarda estreita relação com o Pantanal, com a Caatinga e com a Mata Atlântica, constituindo o ponto de equilíbrio entre todos esses biomas (BARBOSA, 2008). Nesses pontos de encontro do Cerrado com os outros biomas, conhecidos como *faixas de transição* ou *ecótonos* (MMA, 2009, p. 12), a complexidade e diversidade biológica é ainda maior, dadas as delicadas interações entre eles. De acordo com Altair Sales Barbosa, um dos mais reconhecidos estudiosos brasileiros do Cerrado, esse bioma deve ser entendido como um **sistema biogeográfico**, integrado por diversos subsistemas interdependentes (BARBOSA, 2017, p. 5).

Assim, ao olharmos para o Cerrado, é importante levarmos em conta a sua grande diversidade; ele não é uma unidade homogênea e, pelo contrário, mostra um conjunto de ambientes diversificados (seja tanto pela composição vegetal, quanto pela diversidade de sua vida animal), cada um deles constituindo-se como um subsistema do bioma como um todo. Em resumo, os subsistemas que integram o Cerrado são: Subsistema dos Campos; Subsistema do Cerrado; Subsistema do Cerradão; Subsistema das Matas; Subsistema das Matas Ciliares e Subsistema das Veredas e Ambientes Alagadiços.

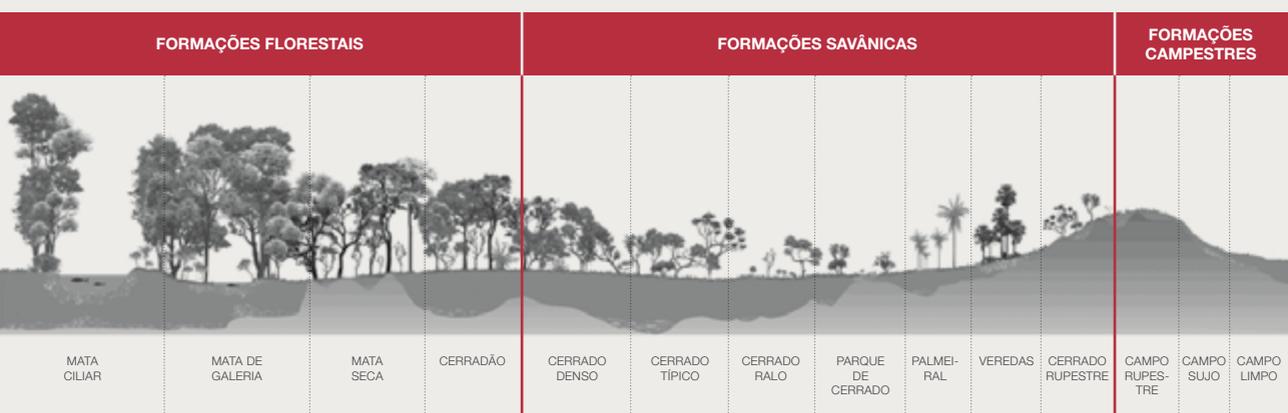
QUADRO 2 | SUBSISTEMAS QUE INTEGRAM O BIOMA CERRADO

SUBSISTEMA	CARACTERÍSTICAS
SUBSISTEMA DOS CAMPOS	Ocupa as partes mais elevadas do Cerrado, de morfologias planas, denominadas regionalmente <i>chapadões</i> ou campinas. Há forte ventilação durante quase todo o ano e a temperatura em geral é mais baixa que nos demais subsistemas. A rede de drenagem é insignificante. Às vezes, aparecem pequenas lagoas, algumas perenes. A vegetação é arbustiva esparsa e há uma composição graminácea intensamente distribuída pela área.
SUBSISTEMA DO CERRADO	Constitui a paisagem dominante do Cerrado. Ostenta um estrato gramíneo, mas diferencia do campo pela ocorrência de árvores de pequeno porte e aspecto tortuoso. A rede de drenagem é boa e os solos são de baixa fertilidade natural, mas não são uniformes.
SUBSISTEMA DO CERRADÃO	Esse subsistema, fisionomicamente, é mais vigoroso que o Subsistema do Cerrado. As árvores atingem de dez a 15 metros de altura e os solos demonstram maior fertilidade natural. Não há um estrato gramíneo forte como no Cerrado e as árvores são mais encopadas. A rede de drenagem é bastante significativa.
SUBSISTEMA DAS MATAS	Ocorre em manchas de solo de boa fertilidade natural. Às vezes, adquire a configuração de ilha em meio a uma paisagem dominante de Cerrado, conhecida pelo nome de capões; às vezes, forma áreas extensas, compactas e homogêneas, como é o exemplo clássico do Mato Grosso de Goiás.
SUBSISTEMA DAS MATAS CILIARES	Ocorre nas cabeceiras dos pequenos córregos e rios e os acompanha pelas suas margens em estreitas faixas. Essas faixas são muito variáveis quanto à configuração. Há locais onde se alargam na forma de bosque e há outros locais, onde praticamente desaparecem, como é o caso de algumas áreas do médio Tocantins.
SUBSISTEMA DAS VEREDAS E AMBIENTES ALAGADIÇOS	As cabeceiras de alguns córregos e rios são, às vezes, caracterizadas por ambientes alagadiços, de correntes do afloramento do lençol de água, ou ainda em virtude de características impermeabilizantes do solo. Nesses locais, são muito frequentes as veredas, que são paisagens onde predominam os coqueiros buriti e buritirana, que às vezes se distribuem acompanhando os cursos d'água até a parte média de alguns rios, formando uma paisagem muito bonita, conhecida pelo nome de veredas. Há um estrato inferior de gramíneas que se apresenta verde durante todo ano. Em alguns locais, o afloramento do lençol chega a formar verdadeiras lagoas, rodeadas por buritis (<i>Mauritia vinifera</i>).

FONTE: BARBOSA, 2008.

Como se pode imaginar, portanto, o Cerrado apresenta muitas caras. Há 11 tipos distintos de vegetação compreendidos nos diversos subsistemas, classificadas em três grandes tipos: formações florestais, formações savânicas e formações campestres, como mostra a seguinte imagem:

FIGURA 2 | GRANDES TIPOS DE VEGETAÇÃO DO BIOMA CERRADO



FONTE: REDE CERRADO, 2017.

É por isso que todos os textos que explicam a configuração do Cerrado o descrevem como um *mosaico*, rico em vegetação e fauna, o que faz dele um ambiente muito especial, muito diferente de outras savanas presentes na África e na Austrália (BENSUSAN, 2016, p. 6). Toda essa riqueza só recentemente começou ser valorizada e, cabe lembrar, encontra-se gravemente ameaçada, dado

que metade do bioma já foi derrubado. Segundo um documento oficial do governo brasileiro:

O Cerrado é um dos biomas brasileiros mais ameaçados em termos de perda de cobertura vegetal remanescente. O desmatamento e os incêndios florestais ocasionam a alteração da paisagem, fragmentação dos *habitats*, extinção de espécies, invasão de espécies exóticas, erosão dos solos, poluição dos aquíferos, assoreamento dos rios e o desequilíbrio no ciclo de carbono, entre outros prejuízos. O avanço das tecnologias desenvolvidas para o seu aproveitamento agropecuário permitiu que, em pouco tempo, fosse explorado de forma rápida e intensiva. As atividades agropecuárias, junto com a siderurgia, já levaram à perda de aproximadamente metade da área original de vegetação nativa. No período entre 2002 e 2008, apresentou um ritmo de desmatamento maior do que o ocorrido na Amazônia, considerando a proporção das áreas totais dos biomas. (MMA, 2009, p. 7)

A despeito da extraordinária importância biológica e cultural do Cerrado, apenas 2,94% de sua área estão protegidos por unidades de conservação federais, sendo 0,92% de uso sustentável e 2,02% de proteção integral. Por sua parte, as unidades de conservação estaduais somam 4,98% da área do bioma. Isso significa um total de 7,92% de áreas protegidas em unidades de conservação no Cerrado. Contudo, essas áreas protegidas não garantem uma conservação efetiva da sociobiodiversidade: elas são constituídas por um *mix* de terras públicas e privadas e, em geral, há uma frágil fiscalização governamental.

Com relação à geomorfologia do Cerrado, o bioma está sobre planaltos sedimentares ou cristalinos, os quais formam grandes blocos homogêneos, separados entre si por uma rede de depressões periféricas ou interplanálticas. Essa variação geomorfológica

ajudaria a explicar, pelo menos parcialmente, a distribuição dos gradientes de tipos de vegetação na região detalhados anteriormente. O topo dos planaltos (500 a 1.700 m) é geralmente plano e revestido principalmente pela fitofisionomia cerrado *sensu stricto*. Já as florestas ribeirinhas formam corredores lineares ao longo dos cursos d'água. Em contraste, as depressões periféricas (100 a 500 m), apesar de serem planas e pontuadas com relevos residuais, são muito mais heterogêneas, pois são revestidas por diferentes tipos de vegetação, tais como cerrados, florestas mesofíticas e extensas florestas ribeirinhas (MMA, 2009, p. 15).

Finalmente, embora seja comum, nos discursos governamentais e corporativos, representar o Cerrado como uma vasta extensão vazia (em termos populacionais), a verdade é que a ocupação humana do Cerrado é antiga, datando de pelo menos 13 mil anos (BARBOSA, 2017, pp. 8-13). Na atualidade, nesse bioma, moram 25 milhões de pessoas, que perfazem aproximadamente 15% da população brasileira, distribuídas em aproximadamente 1.500 municípios como já mencionamos. Os povos indígenas e tradicionais do Cerrado são, de múltiplas formas, herdeiros culturais dos primeiros habitantes, sendo que os povos indígenas, a partir do século XVII, enfrentaram o avanço da ocupação colonial, intensificada pelas incursões das *bandeiras*, em busca de pedras e metais preciosos, o que redundou em seu extermínio e/ou escravização. Já no século XVIII, foram estabelecidas as primeiras vilas no Centro-Oeste, que mais tarde dariam lugar à formação das primeiras cidades, a exemplo da Vila Boa, hoje a cidade de Goiás (MMA, 2009).

Contudo, é a partir da década de 1930 que o avanço da ocupação do Centro-Oeste se acelera (com iniciativas como a *Marcha para o Oeste* do governo Vargas) com o objetivo de promover a integração do território nacional mediante o estímulo à migração, a

criação de um mercado interno e a construção de infraestruturas e cidades, a exemplo da construção de Goiânia e Brasília e grandes eixos rodoviários, como as BR-163 e 364 (Belém-Brasília e Cuiabá-Porto Velho, respectivamente). Esse avanço integracionista induziu transformações profundas, mas não sem conflito e violência, como exemplifica a revolta camponesa de Trombas e Formoso⁴, cuja trajetória é impossível sequer de se resumir aqui, mas que já delineou as características fundamentais da luta camponesa pela posse da terra no bojo da “modernização” dos sertões do Brasil central, ou seja, das tentativas do capital de se apropriar de vastas extensões liberadas pelo governo para a extração da renda da terra numa região praticamente ‘inexplorada’.

Em síntese, devido à extraordinária diversidade de flora e fauna do Cerrado, encontra-se no bioma uma riqueza cultural também extraordinária, associada às diferentes formas de interação humana com as características ecológicas prevaletentes em cada região. O bioma é habitado por mais de 80 etnias indígenas, dentre elas os Karajás, Avá-canoeiros, Krahôs, Xavantes, Xerentes, Xacriabás e Tapuias, assim como diversos povos chamados tradicionais (camponeses, com acesso à terra como meio de produção), compreendendo quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, quebradeiras de coco babaçu, povos de fundo e fecho de pasto, barranqueiros, sertanejos, dentre outros, registrando-se presença também de comunidades extrativistas, agricultores familiares, acampados e assentados da reforma agrária. Todos esses povos habitam e interagem com o Cerrado, preservando-o e fazendo um uso sustentável de seus recursos. As práticas, saberes e costumes desses povos são indispensáveis não apenas à sua sobrevivência, mas à do próprio bioma em que habitam. Assim, à compreensão de seu processo formativo dedicaremos a próxima seção.

4. A Revolta Camponesa de Trombas e Formoso foi um prolongado processo de luta entre camponeses, de um lado, e grileiros, de outro, ocorrido no norte do estado de Goiás entre 1950 e 1957, o qual inclui tanto luta político-institucional quanto luta armada. Foi um movimento camponês vitorioso, mas com o golpe militar de 1964, seus líderes foram perseguidos, torturados e desaparecidos.

HISTÓRICO DA FORMAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS COMUNIDADES: INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU, VAZANTEIROS, E OUTROS

A fim de compreendermos **quem são e como vivem** as comunidades rurais da região do MATOPIBA, justamente aquelas que nas últimas décadas vêm sendo expropriadas das mais diversas formas pela produção capitalista de mercadorias no campo brasileiro, precisamos retomar um pouco o processo histórico que as constituiu.

Não poderemos fazer aqui um retrospecto completo, mas é importante dizer que a colonização portuguesa (1500-1822) do que viria a ser o Brasil se constituiu a partir da ocupação do litoral em fazendas autorizadas pela Coroa no regime de *sesmarias* para produção de mercadorias, as quais abasteciam a metrópole e a Europa. Nos sertões nordestinos, a partir da ocupação litorânea, as *sesmarias* eram latifúndios com concessões para que se produzisse, no regime de trabalho escravo, pagando impostos à Coroa, a partir do lucro dos *sesmeiros* e da relação de comércio monopolista com a metrópole. Tais latifundiários deveriam fazer a guerra santa contra os índios que tentavam retomar seus antigos territórios, e a expulsão e o extermínio dos mesmos foi a marca do período colonial para a formação do território da colônia.

No litoral do Nordeste se produzia principalmente açúcar, como em Pernambuco. Os estados localizados no chamado *sertão*, interior do continente adentro, acabaram por se especializar na produção de gêneros que deveriam abastecer os latifúndios exportadores. A criação de gado, à solta, sem cercas, era realizada também em latifúndios concedidos ao redor do leito de riachos e rios que

possuíam uma área comum e livre entre os mesmos, a fim da criação não se misturar (ALVES, 2006).

Essas áreas comuns eram utilizadas para caça, coleta, pesca e criação de rebanhos, entre outros, e se localizavam, por exemplo, no que é hoje a região do MATOPIBA, nas áreas de chapada que descrevemos anteriormente. Nas áreas desocupadas se fixaram populações que se relacionavam em conflito com os latifúndios, como certos quilombos, formados por afrodescendentes, que negociavam, inclusive, com os sesmeiros, iniciando-se aí um tipo de ocupação que se generalizou a partir do fim da escravidão no Brasil, em 1888, com as chamadas *posses*.

Em 1850, o império brasileiro (1822-1889), já independente, decretou a Lei de Terras, importante marco no processo de constituição jurídica da propriedade privada no Brasil e que preparava as condições para o fim da escravidão e a passagem para o trabalho livre. Tal lei estipulava que as terras não oficialmente ocupadas até então eram do Estado, denominadas *terras devolutas*, e só poderiam ser ocupadas se vendidas. A intenção era impedir que, com o fim da escravidão, tanto os ex-escravos como a população liberta composta por migrantes, indígenas aculturados e demais homens livres que viviam às margens da relação senhor-escravo se ocupassem das terras e pudessem trabalhar para si, ao invés de para um proprietário de terras e para a acumulação de capital.

Em finais do século XIX, no contexto do auge do café, o governo brasileiro estimulou programas de *colonato*, importando trabalhadores da Europa, custeados pelo Estado, para trabalhar em um regime misto de trabalho livre, baseado tanto no assalariamento como no acesso parcial por parte do colono à terra como meio de produção, o que o permitia produzir seus meios de vida. Esse acesso aos meios de produção caracterizou, para as ciências

humanas brasileiras, o que conhecemos por camponês. Vale ressaltar que a imigração de trabalhadores europeus fazia parte de uma política deliberada da Coroa de embranquecimento da sociedade brasileira (BOECHAT, 2009).

Nas demais regiões do Brasil, incluindo o Nordeste e o que hoje chamamos de MATOPIBA, não houve uma política deliberada de ocupação territorial com características semelhantes. Os ex-escravos (libertos a partir de 1888), populações indígenas, quilombolas e demais imigrantes ou permaneceram dentro das fazendas ou ocuparam áreas que não estavam ocupadas pelas antigas sesmarias, tornadas propriedades privadas. Aqueles que continuaram nas fazendas eram livres, mas estavam à disposição dos proprietários rurais em troca de terem acesso a parcelas de terra para sobreviver (LEITE, 2010). Outra parte dessa mesma população, egressos do regime de escravidão e sem lugar na sociedade brasileira, ocuparam as terras devolutas e produziam também seus meios de vida, comercializando nas feiras locais e com as fazendas, a fim de sobreviverem.

Assim, entre o fim da escravidão e a existência de um mercado de trabalhadores assalariados no Brasil, a partir de mais ou menos 1940/1950, o trabalho no campo brasileiro foi constituído pelo que as ciências humanas brasileiras denominaram de *camponês*, aquele que não era totalmente expropriado dos meios de produção e tinha modalidades distintas de trabalhar para se sustentar, como o *agregado* ou *morador* da fazenda e o *posseiro*, que vivia fora dela.

No Nordeste e na região do atual MATOPIBA, a criação de gado em latifúndios dividia os territórios com aqueles camponeses que viviam fora das fazendas, nas terras devolutas. Esses camponeses são considerados atualmente, a partir de suas características

socioculturais, quilombolas, caboclos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, vazanteiros, entre outros (falaremos de suas características mais adiante). Dessa forma, devemos explicitar que a constituição do chamado *campesinato*, no Brasil, é resultado do processo do fim da escravidão e da passagem para o mercado de trabalho assalariado, sendo que a introdução do trabalho assalariado não significou o fim do campesinato, mas a transformação de seu lugar social no capitalismo brasileiro.

Os posseiros, que viviam nas terras devolutas, habitavam (e habitam ainda hoje) as áreas dos chamados *baixões*, por onde corriam os rios nascidos nas chapadas, de onde podiam se suprir de água e de pesca e onde podiam construir suas casas, produzir a roça (mandioca, arroz, milho, feijão), ter criação de porcos, galinhas e aves. As chapadas faziam parte daquelas áreas devolutas não ocupadas, com regime intermitente de chuvas e hídrico, que não permitiam a moradia, mas sim a criação de gado, a caça, a coleta de frutas e raízes medicinais. **Ou seja, a relação entre as terras comuns da chapada e a posse nos baixões era o que permitia a vida desses camponeses posseiros** (ALVES, 2006).

A acumulação capitalista da produção de gado, no MATOPIBA, que também usava as terras comuns das chapadas para soltar os bois, além de ocupar grandes pedaços de terra planos nos baixões, na margem dos maiores rios, estabeleceu uma relação com o camponês (tanto o posseiro como o morador ou agregado da fazenda) muito importante de ser caracterizada. Isso porque, conforme a fazenda ia acumulando, o proprietário soltava seu gado nas áreas ocupadas pelos camponeses, em um processo de expropriação, fazendo com que tivessem de se deslocar, desmatando e abrindo uma nova área para transformarem em posses ou em nova área de produção para si, dentro da fazenda. A acumulação

da fazenda naquele momento, entre 1888 e a década de 1950, se dava tanto concentrando terras devolutas como pela constante expropriação do trabalho do camponês.

Assim, a Lei de Terras de 1850 funcionava de uma maneira muito particular: enquanto era possível para o camponês e para o fazendeiro continuarem abrindo novas posses e fazendas sobre terras devolutas, o Estado continuava a dar anistia a esses fazendeiros, que então baseavam sua riqueza em cabeças de gado e demais mercadorias produzidas e em terras que ocupavam e expropriavam de camponeses que acabavam por ter a função de abrir, de graça, novas áreas para as fazendas (BOECHAT, 2009).

Conforme o território foi sendo ocupado, o mecanismo de acumulação da produção capitalista no campo brasileiro se transformou. Entre os anos 1940 e 1960, com o fechamento da fronteira agrícola, ou seja, com a redução em nível nacional de áreas a serem abertas e ocupadas gratuitamente pela empresa capitalista que acumulava e expandia horizontalmente sua produção, observamos um movimento duplo:

1. Por um lado, com a redução da possibilidade de apropriação de novas áreas a custo zero, formou-se um mercado de terras em nível nacional. A terra passou a ser uma mercadoria comercializável como qualquer outra, sendo seu *preço* a renda que ela geraria se ficasse produzindo ao longo do tempo, adiantada (capitalizada) para o momento de sua venda.
2. O camponês foi sendo expulso tanto de dentro das fazendas, como das posses, tendo de migrar e vender-se como trabalhador assalariado, já que não tinha outra possibilidade de sobrevivência a não ser se submeter a se vender como mercadoria.

Essa dinâmica está na raiz da grande conflitividade rural no período, como no exemplo da revolta de Trombas e Formoso, mencionada anteriormente. O camponês foi compelido a **constituir um mercado de trabalho migrante, a ser superexplorado nos latifúndios agrícolas brasileiros**. Não necessitando, por exemplo, de braços disponíveis o tempo todo dentro das fazendas, mas podendo adquiri-los no mercado de trabalho, a produção capitalista podia se mecanizar e contratar tais migrantes apenas para as etapas do processo produtivo que necessitavam de trabalho vivo mais intensivamente, como é o caso das produções de cana do Nordeste litorâneo e do Sudeste do Brasil, utilizando-se do que ficou conhecido por *boia-fria*, ou seja, um trabalhador agrícola migrante e superexplorado.

O contexto de formação do camponês no Brasil e de sua expropriação e transformação do mesmo em trabalhador assalariado não significou, por outro lado, o fim do campesinato no Brasil. Muitos são os casos em que o camponês manteve uma parcela ou a totalidade de suas posses ou pequenas propriedades de terra e migrava (e ainda migra) para conseguir sobreviver. Trabalho assalariado e campesinato passam a compor a base das possibilidades de trabalho relacionados à industrialização tanto urbana como da própria agricultura brasileira, a partir das décadas de 1950 e 1960 (LEITE, 2015).

O processo de expropriação e ocupação territorial não alcançou, tampouco, o território como um todo e ao mesmo tempo. A atual região dos cerrados do MATOPIBA, no Nordeste brasileiro, assim como a fronteira constituída pela floresta amazônica, no Noroeste, passam hoje por uma intensa expansão da empresa capitalista, agora agroindustrializada, mecanizada, que combina capital intensivo e trabalho assalariado superexplorado, além de continuar a

promover expropriação de camponeses e pequenos produtores, mas hoje de maneiras diferentes daquelas destacadas por nós anteriormente. Mas quem mora hoje no Cerrado brasileiro?

OS POVOS DO CERRADO NA ATUALIDADE

Os povos e comunidades indígenas e tradicionais do Cerrado são os herdeiros contemporâneos dessa longa história. Eles representam a sociodiversidade do bioma e ao mesmo tempo são os guardiões do patrimônio ecológico e cultural da região. No tocante aos povos indígenas, trata-se de mais de 80 etnias. Já os povos e comunidades tradicionais abrangem quilombolas, geraizeiros, vazeiros, quebradeiras de coco, entre outros, que convivem com o Cerrado, o conservam e respeitam.

Por sua parte, a agricultura familiar e o extrativismo são importantes aliados na conservação dos agroecossistemas por formarem paisagens produtivas que proporcionam a continuidade dos serviços ambientais prestados pelo Cerrado, tais como a manutenção da biodiversidade, dos ciclos hidrológicos e dos estoques de carbono. Todo esse perfil humano complexo deu pé ao que Barbosa (2017) chama de *Homo Cerratensis*, o homem do Cerrado, com traços culturais específicos que devem ser entendidos em seu longo processo formativo, especialmente, dado o atual contexto de desagregação e fragmentação social que enfrentam as comunidades indígenas e tradicionais nesse bioma.

No tocante aos **povos indígenas**, segundo o professor Altair Sales Barbosa, o sistema dos chapadões centrais do Brasil apresenta uma população indígena atual de aproximadamente 44.118 habitantes, distribuídos principalmente em terras do Maranhão,

Tocantins, Goiás e Mato Grosso do Sul. Essa população engloba 26 povos de características culturais diferenciadas, cuja situação atual e fragmentação demográfica não refletem a importância que o espaço geográfico dos cerrados teve na sua fixação durante longos períodos, nem a verdadeira história da ocupação desse espaço por tal população. No Cerrado, essas populações historicamente desenvolveram importantes processos culturais que moldaram estilos de sociedades bem definidas, em que a economia de caça e coleta imprimiu modelos de organização espacial e social com características peculiares (BARBOSA, 2017).

5. Os Guarani Kaiowá vêm sofrendo intensos ataques de fazendeiros e milícias assassinas numa escala absurda, como reconhecido pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que os visitou no segundo semestre de 2016, assim como pela própria Relatora Especial das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas, Victoria Tauli Corpuz, que fez extensa visita a comunidades indígenas no Brasil nos primeiros meses de 2016 e também se deparou com uma realidade de violência crescente contra esses povos.

6. Disponível em: <<http://trabalhoindigenista.org.br/mopic/>>.

Alguns estudos identificam os diversos **grupos indígenas** do Cerrado na atualidade como filiados aos grupos linguísticos Jê e Macro-Jê. No primeiro, encontramos os Timbira (que incluem os indígenas Canela, Krinkati, Pukobyê, Krenjê, Gavião, Krahô), os Kayapó (que incluem os Kubenkranken, Kubenkrañoti, Mekrañoti, Kokraimoro, Gorotire, Xikrin, Txukahamãe), os Xerente, Karajá, Xavante, Xakriabá, Apinayé (hoje tido como do grupo Timbira), Suyá, Kreen-Akarôre, Kaingang e Xokleng. O tronco linguístico maior (Macro-Jê) incluiria ainda os indígenas Pataxó, Bororo, Maxakali, Botocudo, Kamakã, Kariri, Puri, Ofaié, Jeikó, Rikbatsá, Guató e Fulniô (SILVA, 2009, p. 51).

Também estão os Guarani Kaiowá, alvo de uma expulsão sem piedade e conseqüente etnocídio em vários territórios no Mato Grosso do Sul, sendo um dos casos mais conhecidos, embora não o único, de violência estatal e de grandes fazendeiros contra povos indígenas do Cerrado.⁵ Cabe ainda lembrar que os indígenas do Cerrado formaram em 2006 a *Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado* (MOPIC), criada com a finalidade de “promover uma articulação política para garantia dos direitos dos Povos Indígenas do Cerrado”⁶.

O **campesinato** presente no Cerrado, por sua vez, mostra a diversidade cultural desses grupos, sendo importante destacar a interação direta com as culturas indígenas presentes no bioma no processo de sua própria formação e estabelecimento. Como destaca Silva: “O conhecimento dos povos indígenas do tronco Macro-Jê foi transmitido, em grande parte, para a ‘sociedade sertaneja’ que se alojou nos cerrados” (SILVA, 2009, p. 55). Sem dúvida, grande parte dos conhecimentos e práticas camponesas guarda íntima relação com diversos aspectos da cultura indígena. Exemplos de grupos camponeses que vivem essa relação de interdependência com o Cerrado são os *geraizeiros* (norte de Minas Gerais), os *geraizenses* (Gerais de Balsas/MA), *retireiros* (áreas alagadas do Araguaia/MT), *barranqueiros* e *vazanteiros* da beira e das ilhas do São Francisco (MG), *quebradeiras de coco* (Zona dos Cocais/MA, PI e TO), *pantaneiros* (MT e MS), *camponeses dos vãos* (sul do Maranhão) e outras denominações mais gerais, como *varjeiros* e *ribeirinhos* (ao longo dos rios São Francisco, Grande e Paraná), *caipiras* (Triângulo Mineiro e São Paulo) e *sertanejos* (norte de Minas, Bahia, Maranhão e Piauí) (SILVA, 2009).

Esses camponeses desenvolveram ao longo de séculos estratégias de sobrevivência e convivência com o Cerrado que guardam uma relação orgânica com os ecossistemas em que estão inseridos. Destaca-se como atividade desses grupos a produção biológica primária (extrativismo, caça, pesca), mediante estratégias agropecuárias que utilizam de forma heterogênea e diversificada as diferentes unidades da paisagem do Cerrado: agricultura de encosta e fundo de vale, solta de gado e extrativismo na chapada, por exemplo.

A cultura das comunidades e povos do Cerrado ainda hoje é tida como “atrasada” por muitos setores da sociedade brasileira. Esse preconceito, somado a uma interpretação equivocada de

que o Cerrado é um bioma com solos “pobres” caracterizado pelo “vazio demográfico”, tem levado à conformação de um imaginário depreciativo da riqueza do mesmo. Tal discurso tem sido, ao longo de anos, um dos principais argumentos para legitimar a expansão da fronteira agrícola sobre o Cerrado (o mesmo acontece hoje na região do MATOPIBA) e, conseqüentemente, sobre um grande número de comunidades e povos que nele habitam e convivem. Por trás do discurso de que a região é “atrasada”, vem a pretensa solução para a região na forma de “progresso” e “desenvolvimento” que hoje está intimamente ligada à atuação do agronegócio.

Contudo, embora os camponeses sejam tachados de atrasados, resistentes a inovações, apegados a tradições irracionais e muitas outras coisas, é preciso notar que questões como autossuficiência, autonomia, valor de uso, pequena escala, pouca disponibilidade de capital, redução de risco, conhecimento integrado/não fragmentado, trabalho e gestão familiar e potencialização dos recursos internos/locais são características, valores e estratégias camponesas diferenciados com relação à lógica moderna capitalista que sustenta o agronegócio, sendo construídos em processos históricos às vezes bastante longos, fruto da coevolução do sistema social com o sistema natural (SILVA, 2009).

QUADRO 3 | CATEGORIAS CAMPONESAS PRESENTES NO CERRADO

CATEGORIA	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
ACAMPADOS	O acampamento é formado por famílias sem terra. O acampamento é o espaço de luta pela posse da terra. As barracas de lona preta, montadas nas margens de rodovias, denunciam o sistema capitalista que expropriou o camponês. É também espaço de formação da consciência crítica, apesar das dificuldades que tal modo de vida representa.
ASSENTADOS	São famílias que foram beneficiadas, depois de todo um processo de luta e reivindicação, por um projeto governamental de assentamento. A produção do assentamento, em geral, é artesanal. Mas já estão sendo incorporadas, além da tração animal, novas tecnologias com uso de implementos agrícolas, como tratores e colheitadeiras. Em alguns assentamentos a utilização é coletiva, coordenada por uma cooperativa, sindicato ou associação. Os excedentes são comercializados na própria vizinhança ou no comércio local. Nos assentamentos, as associações são espaço de organização política.
POSSEIROS	O posseiro é aquele que luta pela terra, que há anos a ocupa, dela tirando o seu sustento. A luta dos posseiros é uma luta pelo reconhecimento da posse da terra, como terra de trabalho. A sua legitimidade provém do trabalho desenvolvido. Sofrem um grave processo de expropriação por parte de supostos proprietários, grileiros na maior parte das vezes, ou por empresas responsáveis pelos grandes projetos de infraestrutura.
ASSALARIADOS RURAIS E TRABALHADORES ESCRAVIZADOS	Milhares de trabalhadores, principalmente do Nordeste brasileiro, deslocam-se todos os anos para o trabalho nos canaviais e ali se submetem a condições de trabalho indignas e, por vezes, a trabalho degradante ou até mesmo na condição análoga à de escravos. Além dos assalariados da cana, outros trabalhadores são submetidos, em diferentes partes do Brasil a condições análogas ao trabalho escravo. Estima-se em 25.000 o número de trabalhadores escravizados no país, a maioria homens semianalfabetos, entre 25 e 40 anos de idade, que trabalham em condições subumanas, sem acesso a salário, água potável, alojamento, e com o cerceamento da liberdade.
COMUNIDADES TRADICIONAIS GERAIZEIRAS DE FECHOS DE PASTO	As comunidades tradicionais geraizeiras de fundos e fechos de pasto do Cerrado, que se encontram sobretudo na região Oeste da Bahia, são formadas por famílias que vivem e ocupam secularmente vastas extensões de terras devolutas do Estado. Preservam um modo de vida baseado na ocupação coletiva das terras, organizado em vizinhanças, têm como atividade principal a criação de gado à solta, que se alimenta da pastagem nativa. Praticam também o extrativismo dos frutos do Cerrado e utilizam as plantas medicinais para cura de diversas enfermidades. A principal luta dessas comunidades é pela preservação de seus territórios, que são ameaçados pela expropriação por parte das grandes fazendas, com o apoio da pistolagem e do aparato do Estado.

QUADRO 3 | CATEGORIAS CAMPONESAS PRESENTES NO CERRADO [CONTINUAÇÃO]

CATEGORIA	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
COMUNIDADES QUILOMBOLAS	São territórios formados por negros fugidos das senzalas, ou pelos que, após a abolição da escravidão, sem terem para onde ir, ocuparam terras devolutas distantes e formaram comunidades. Os quilombos se caracterizam pela relação histórica com o espaço em que vivem, pela ocupação coletiva da terra, a vivência solidária entre os seus membros, a relação harmoniosa com a natureza, a dimensão étnico-cultural e religiosa.
RETIREIROS DO ARAGUAIA	Os retireiros do Araguaia são um grupo social que tem conseguido seu reconhecimento nos últimos anos através de um intenso debate sobre proteção de seu território e sobre a relevância de sua identidade. Organizaram-se para a criação de uma unidade de conservação, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Retireiros do Araguaia. O modo de vida particular dos retireiros está ligado à criação extensiva de gado nas áreas inundáveis do rio Araguaia em seu médio e baixo curso, em regime de propriedade comum.
COMUNIDADES DE VAZANTEIROS	São comunidades que vivem em ilhas e barrancas do São Francisco, com agricultura associada aos ciclos de enchente, cheia, vazante e seca do rio. Tiram o sustento da pesca, da agricultura, coleta e criação de animais. Ao longo do tempo vêm se afirmando como comunidade tradicional e buscando apoio para manutenção de suas práticas culturais e produtivas, inseridas numa luta mais ampla por reconhecimento dos direitos territoriais. Vivem ameaçados e na iminência de serem expulsos pela implantação de Parques Estaduais, pela construção de barragens e por projetos de extração mineral.
COMUNIDADES RIBEIRINHAS	São comunidades que vivem ao longo e às margens dos rios. Cada uma tem peculiaridades diferentes, marcadas por crenças, lendas, formas diversas de manuseio de animais, uso das plantas, entre outros. Peculiaridades essas que acabam tornando única cada comunidade. Além da atividade da pesca, trabalham os quintais, que são espaços que contribuem para a subsistência da família, exercem considerável papel econômico na vida das pessoas, e onde se encontram plantas diversas, nativas e exóticas, pequenas hortas caseiras, criação de pequenos animais.
QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU	Na "região dos babaçuais" (que engloba partes dos estados do Pará, Piauí e Tocantins e, principalmente, do Maranhão), área de transição amazônica, encontram-se diversos povos e comunidades que vivem do agroextrativismo de alguns recursos naturais, como as mais de 300 mil quebradeiras de coco babaçu. A atividade extrativa do coco babaçu exercida pelas quebradeiras é cultural e tradicional, passada de geração em geração. Elas são também agricultoras, vivem da terra e da produção de alimentos para o consumo de suas famílias.

FONTE: SILVA, 2009; ACTIONAID, 2015.

Como mostra o quadro anterior, de um ponto de vista sociocultural, o Cerrado abriga um rico universo de tradições, expresso na relação de seus povos e comunidades tradicionais com seu território, nas festas, nas vestimentas, na alimentação, em suas relações comunitárias. As folias, os reisados, a catira, a sussa, as modas de viola, entre muitas outras, fazem parte do repertório de festas, ritmos e danças dos povos do Cerrado. Já o pequi, o buriti e a mangaba são alimentos garantidos na mesa dos geraizeiros, enquanto o babaçu é a principal fonte de alimento e de matéria-prima para cerca de 400 mil quebradeiras de coco, situadas no Maranhão e no norte do Tocantins.

Por isso, a estratégia de conservação do Bioma deve necessariamente passar pelo fortalecimento dessas comunidades e de seus modos de vida, o que implica o acesso garantido à terra e aos seus recursos. No entanto, essas populações sequer encontram segurança fundiária no Brasil atual, com diversos projetos e ameaças tramitando no Congresso Nacional, que têm o potencial de aniquilar de vez esses povos e sua rica herança sociocultural.

PARTE 2

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E EXPULSÃO DOS CAMPONESES NO CERRADO BRASILEIRO A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

A partir da década de 1950, teve início no Brasil um processo de industrialização da agricultura como tentativa de concorrer com as demais nações capitalistas, o que se revelaria de consequências catastróficas para os trabalhadores assalariados (urbanos e rurais) e para as populações rurais tradicionais em geral. Nesse processo, foi fundamental o apoio do Estado brasileiro, que estabeleceu políticas de crédito subsidiado para o estabelecimento e reprodução da agroindústria, assim como isenções fiscais, administração de preços e fomento da ocupação de terras devolutas (já ocupadas pelos camponeses, como vimos anteriormente). Em poucos anos, o campo brasileiro foi substancialmente transformado, graças a uma dinâmica que combinou mudança técnica com manutenção e aprofundamento das históricas relações de poder e propriedade assimétricas no campo.

Cabe ressaltar que um fator determinante para tal papel do Estado brasileiro foi a disponibilidade de capitais advindos do sistema financeiro internacional, principalmente dos EUA e da Europa, que permitiram, por meio do endividamento externo do Estado, tal concessão de créditos subsidiados, atrelados à compra de maquinários com excesso de oferta, necessitando serem vendidos para a acumulação das empresas que os produziram, provenientes também do centro do capitalismo. Ou seja, crise e expansão capitalistas contribuíram de maneira decisiva com a formação da agroindústria brasileira.

A partir dos governos da ditadura militar (1964-1985), a modernização do campo se transformou em um dos carros-chefe das políticas públicas. Desde a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR, 1965), passando pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND, 1968-1973), correspondente ao que ficou conhecido como “milagre econômico brasileiro”, e pelo II PND (1975-1979), se

aprofundaram e explodiram no Brasil a dívida pública internacional (DAVIDOFF, 1984), a inflação, a superexploração do trabalho (tanto urbana, quanto rural) **e as expropriações no campo.**

A constituição das agroindústrias no Brasil para produção de *commodities* (atualmente as principais são soja, milho, açúcar, algodão e suco de laranja concentrado), tendo a exportação como seu principal sentido, significou a implantação da chamada “Revolução Verde” no campo. O pacote tecnológico adotado, combinando o uso de insumos químicos industrializados e maquinários para produção, tratores culturais e colheita, implicou o aumento constante do capital investido necessário para se iniciar uma produção agrícola e a dispensa de força de trabalho assalariado para realizar tal produção.

Para termos um exemplo, a produção de cana-de-açúcar, entre os anos 1960 até 1980, mecanizou parcialmente o plantio de cana e amplamente os tratores culturais, mas manteve a colheita de cana manual. Se na década de 1960 se utilizavam aproximadamente dois milhões de trabalhadores no campo no estado de São Paulo, desde então o maior produtor de cana do país, ao final dos anos 1980, tendo a produção de cana se tornado hegemônica no estado e se utilizando do trabalho dos boias-frias principalmente para o corte de cana, o número de trabalhadores empregados caiu para 500 mil (PITTA, 2011), a maioria constituída de boias-frias. Atualmente, após o *boom* dos preços das *commodities* da primeira década do século XXI e da consequente mecanização quase completa do corte de cana (PITTA, 2016), o número de trabalhadores caiu ainda mais, para 90 mil.

O mesmo aconteceu com a produção de soja, em sua expansão dos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul para o estado do Mato Grosso entre as décadas de 1970 e 1980 (BERNARDES, 2007).

Atualmente, o trabalho manual na produção de soja se reduz a alguns momentos do plantio direto e em maior número na manutenção da produção por meio de trabalho análogo ao de escravo, por exemplo, para a catação manual de pedras, necessária para preservar as colhedoras de soja.

A modernização da agricultura, necessária em termos capitalistas como tentativa do Brasil de se aproximar dos níveis de produtividade dos países centrais do capitalismo, teve como consequência, desde os anos 1960, a **expropriação reiterada de camponeses** e a expulsão da força de trabalho assalariado do processo produtivo, impedindo que aqueles camponeses, expropriados ou migrantes volantes que tinham que se vender como força de trabalho para sobreviverem, assim o fizessem. Tal movimento do capitalismo vale tanto para o campo como para a cidade e é a explicação do “desemprego estrutural” que hoje é mundial (KURZ, 1999), assim como da miséria e da pobreza como suas consequências diretas. A expulsão do trabalho do processo produtivo de mercadorias teria ocorrido em razão da terceira revolução industrial, caracterizada pela microeletrônica e sua consequente robotização e automação das indústrias urbanas e das agroindústrias (KURZ, 1999).

Saskia Sassen vem usando o termo “expulsões” (SASSEN, 2016) para denominar a característica fundamental das expropriações a nível mundial na atualidade. Além de relacioná-las aos movimentos especulativos do capital financeiro como sentido da acumulação capitalista mundializada, destaca que o capitalismo atual expulsa trabalho do processo produtivo e forma uma massa de excluídos a viverem em parcelas de terra insuficientes para sua reprodução e sobrevivência (ex. a situação de indígenas e camponeses no MATOPIBA), dentre outras condições de precariedade extrema, nos presídios relacionados ao processo global de encarceramento

em massa, nos campos de concentração e de refugiados e nas periferias e favelas das metrópoles globais (SASSEN, 2016).

Assim, poderíamos dizer que para a população trabalhadora brasileira, entre camponeses e assalariados, o mercado de trabalho, a partir da terceira revolução industrial e da industrialização da agricultura, significou a necessidade de aceitar as piores condições de trabalho existentes, já que a concorrência por estes rebaixava e precarizava as próprias condições de trabalho. Dessa forma, a superexploração do trabalhador, as condições de trabalho análogo à escravidão, o desemprego e a expropriação da terra ou do trabalho do campesinato não são fruto do atraso, mas sim da modernização endividada brasileira. Esse quadro não deixou de existir, vide a continuidade desenfreada da modernização atual como consequência dos desdobramentos da concorrência transnacional capitalista.

Para a empresa capitalista, por sua vez, aqui no caso particular das agroindústrias, com cada vez menor quantidade de trabalho para ser explorado e transformado em seus lucros, ficava cada vez mais difícil alcançá-los, a não ser que fossem “simulados”⁷ por mecanismos financeiros, como utilização de créditos subsidiados, isenção fiscal, política de preços acima dos custos das empresas, e rolagem ou anistia das dívidas já subsidiadas (THOMAZ JR., 2002), justamente o quadro que encontramos no Brasil desde a época dos PNDs I e II.

De fato, a partir da década de 1970, a sustentação da empresa capitalista se relaciona cada vez mais com circulação e criação do dinheiro no sistema financeiro, principalmente após o fim da relação entre o dólar e o ouro decretado por Richard Nixon (1969-1974), a partir de 1971. Após isso, o Fundo Monetário Internacional (FMI) adota a flutuação das taxas de câmbio entre os países do

7. O termo “simulado” aqui se remete ao conceito de “capital fictício” de Marx (1985), para se referir a uma acumulação crítica, feita por meio de dinheiro que se transforma em mais-dinheiro, como ao se utilizar de mecanismos financeiros, sem exploração do trabalho suficiente na forma de mais-valia para acumulação de capital. Utilizaremos tal termo no resto do presente relatório.

mundo, passando estas a se referirem apenas ao dólar que continua sendo o padrão mundial, agora como moeda fiduciária. Vale mencionar, aqui, que tal flutuação, atrelada ao acúmulo de capitais financeiros ociosos em busca de valorização nos mercados de capitais, passou a permitir a especulação com preços de maneira inédita até então. Diversos mecanismos de especulação de preços e seu correlato necessário, de proteção de preços, foram sendo criados e se desenvolvendo, promovendo o surgimento dos mercados de derivativos de câmbio, preços de *commodities*, taxas de juros, entre outros.

No Brasil, o II PND estimulou políticas de expansão e industrialização da produção de mercadorias na tentativa de “sanar” o déficit comercial, aprofundado pela crise do petróleo de 1973. Foram criados o PROÁLCOOL (1975, visando à **substituição de petróleo por etanol**) e o PRODECER (1979, **para expansão da produção de soja no Cerrado**, voltada para exportação), com fartos recursos advindos do SNCR. Ambos os programas foram fundamentais para a industrialização da agricultura brasileira, se utilizando de amplos financiamentos estadunidenses e europeus (com garantia e aval do Estado brasileiro), de créditos subsidiados, políticas de preços, isenções fiscais e obras de infraestrutura. Com a mecanização e expulsão do trabalho do processo produtivo de mercadorias, apenas era possível manter as empresas com aparência de obterem lucro enquanto os juros internacionais continuassem baixos em razão da crise internacional. Quando os juros começaram a subir no mercado internacional, o mecanismo que “simulava” o lucro das empresas, a saber, o aumento inexorável da dívida externa e a rolagem das dívidas das empresas, deixa de funcionar e assim, tanto as indústrias urbanas quanto a agroindústria foram à bancarrota (PITTA, 2011).

Para os credores do centro do capitalismo, isso significou a diminuição de suas rendas com juros, o que levou a mudanças em suas estruturas financeiras, principalmente a partir do que ficou conhecido por **flexibilização dos mercados financeiros** a partir da securitização das dívidas e constituição e aprofundamento dos mercados secundários (de derivativos) de negociação de preços de mercadorias (*commodities*), ações e taxas (câmbio, juros, seguros...), e pacotes de dívidas. Voltaremos a isso no próximo capítulo, mas vale ressaltar que foi a participação do Brasil nessa nova estruturação que permitiu a passagem de sua dívida externa para a dívida interna (PITTA, 2016; OLIVEIRA, 2016), a valorização do real e principalmente a inserção no *boom* das *commodities* do século XXI, responsável pela expansão inexorável do agronegócio (DELGADO, 2012) em uma nova rodada de expansão territorial e expansão sobre o MATOPIBA.

Para entendermos as particularidades da **expansão da agroindústria da soja no MATOPIBA**, precisamos nos remeter a dois importantes programas relacionados ao II PND: o Programa de Desenvolvimento Agrícola do Cerrado (POLOCENTRO), vigente de 1975 a 1979, e o Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados (PRODECER), que vigorou desde 1979 até 2001. Ambos visaram ao **aumento da produtividade e do montante produzido de soja**, a fim de tentar solucionar o problema da balança comercial brasileira. Os investimentos em infraestrutura para reduzir os custos com frete, assim como em pesquisa para adaptação genética de sementes e aplicação de insumos, também contaram com a atuação do Estado brasileiro. Esse conjunto de medidas permitiu a **ocupação do Cerrado pela soja**.

Assim, por meio da ocupação territorial do Cerrado, começando pelo chamado Centro-Oeste do Brasil, nos estados de Mato Grosso,

Mato Grosso do Sul, Goiás e no estado de Minas Gerais, e secundariamente, com o PRODECER, atingiu-se gradativamente o oeste da Bahia, o sul do Maranhão, o sul do Piauí e mais recentemente o sul do Tocantins. Não resta dúvida de que a expansão da soja moveu a ocupação do Cerrado a partir dos anos 1970 e aprofundou processos de expropriação, tanto no que diz respeito à expulsão direta de camponeses, indígenas e pequenos produtores que viviam naquela região, quanto em relação à concentração e centralização dos diferentes momentos da produção e processamento nas mãos de poucas indústrias e *tradings* (MENDONÇA, 2013).

No Paraná, Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso, é de suma importância ressaltarmos aqui, foi aprofundado um processo de expropriação dos Guarani (Kaiowá, M'byá, Nandeva e Avá)⁸ das terras que ainda ocupavam, como já mencionamos. Muitos foram presos e aldeados em ínfimas parcelas de terra localizadas nas periferias das cidades do interior de tais estados, aldeamentos estes criados na primeira metade do século XX pelo órgão estatal responsável pela política indigenista (o Serviço de Proteção ao Índio, SPI). Tais aldeamentos se caracterizam pela reduzida extensão e pela insuficiência para a reprodução dos Guarani, que acabam tendo que se vender como força de trabalho superexplorada nas produções de *commodities* das agroindústrias do campo brasileiro.

A forte expansão sobre os cerrados do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, a partir dos anos 1970, conduziu sojicultores menos produtivos a venderem suas terras e produções e a migrarem para locais de terras mais baratas e ainda não ocupadas pela produção agroindustrializada, promovendo uma expansão da fronteira da soja tanto para a Floresta Amazônica ao Norte, quanto para o Cerrado ao Nordeste, incluído aí o que hoje chamamos de MATOPIBA.

8. Sobre a expropriação dos Guarani, ver os documentários *À sombra de um delírio verde* (2011); e *Martírio* (2016). Ver também os seguintes relatórios de pesquisa da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos: *A agroindústria canavieira e a crise econômica mundial* (XAVIER, NAVARRO, PITTA e MENDONÇA, 2012) e *Empresas transnacionais e produção de agrocombustíveis no Brasil* (XAVIER, NAVARRO, PITTA e MENDONÇA, 2014).

9. Para maior compreensão de tal processo no MATOPIBA, mas também especificamente para o caso do Piauí, ver Alves (2006).

10. Vale destacar que, no caso do Maranhão, a grilagem de áreas de chapada na cidade de Balsas, muito bem descrita na tese de doutorado de Roberto Miranda (2011), foi o marco inicial da chegada dos processos de modernização agrícola àquela região. Em 2015, a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos lançou o relatório *A empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil* (PITTA e MENDONÇA, 2015), na qual apresentava o interesse de transnacionais imobiliárias agrícolas em especular com terras como ativos financeiros, justamente nessa chapada em Balsas. Adiante, faremos alusão a tal caso.

A partir de incentivos fiscais e produção de uma infraestrutura locais, mas, principalmente, do fomento à ocupação de terras a preços módicos (o Estado fomentando as grilagens ilegais), constituiu-se um mecanismo de expansão e de ocupação que tinha na terra importante elemento da acumulação no que diz respeito à chegada da fronteira com soja: realizava-se a expropriação para formar uma fazenda, aguardar a produção de soja chegar e vender a terra para tanto⁹. A terra nesse momento se constituía como uma mercadoria e se inseria em um mercado nacional de terras, formado já a partir de 1950, conforme vimos anteriormente. Ariovaldo Umbelino Oliveira chamou de “rentismo do capitalismo no Brasil” essa inserção da terra como mercadoria em um mercado de terras (OLIVEIRA, 2010, p. 84).

Após a ocupação dos cerrados do Centro-Oeste do país, tal expansão, já nos anos 1980, atingiu a Bahia e a partir dos anos 1990, chegou ao Maranhão e Piauí¹⁰. Após a chegada da produção industrializada de soja, sua expansão dependia de novo acesso ao endividamento e a mecanismos financeiros de acumulação, o que realimentava sua promessa de expansão, a fim de acessar novos financiamentos, dando continuidade ao seu processo de ocupação territorial. Como reflete o debate na Câmara dos Deputados em inícios dos anos 1980, a instauração do PRODECER era alvo de críticas e oposição:

[...] desesperado com uma dívida externa avassaladora que nada mais é do que o resultado de uma política econômica errônea, o governo brasileiro – incapaz de estancar o débito com o exterior – usa agora como tática o plano de aumentar a dívida como forma de pagar a dívida. Insere-se nesse plano o projeto de internacionalização de nossa agricultura materializado no Acordo Brasil-Japão [PRODECER] [...]. Essa

entrega de nosso território aos japoneses para criação de um novo Projeto Jari, desta feita, o ‘Projeto Jari do Cerrado’ custará aos cofres da Nação – de acordo com relatório feito pela JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY – JICA – um bilhão, trezentos e vinte e oito milhões de dólares, para implantação de ferrovias, rodovias, portos, silos e armazéns, além de medidas fiscais relativas à aquisição de terras, créditos, providências concernentes à criação de operação de cooperativas agrícolas etc. para que o produto possa chegar mais barato ao consumidor japonês, diminuindo sua dependência na compra de alimentos dos Estados Unidos. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1980, pp.1-2)

A partir da necessidade de intermediação da “simulação” financeira (ver nota 7, acima) para produção de mercadorias, podemos concluir que tanto a expropriação do campesinato como a superexploração do trabalho assalariado não eram, de meados dos anos 1960 em diante (tanto no Brasil, como em termos mundiais), suficientes para a acumulação capitalista ocorrer (SCHOLZ, 2016), apesar de continuarem existindo como consequência mesma de tal processo de modernização.

A expansão financeirizada da agroindústria da soja para a Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins conduziu à expropriação de indígenas e camponeses das mais variadas formas. As áreas altas e planas das chapadas eram as áreas prioritárias a serem ocupadas. Ali as produções podiam acessar um regime pluviométrico adequado, além de serem justamente os locais de cabeceira / nascentes dos rios do Cerrado na região. As chapadas eram também adequadas à mecanização, já que são planas, permitindo a irrigação por meio de pivôs centrais, em alguns casos. Como essas terras eram utilizadas de forma comum, tanto por camponeses, como por produtores pecuaristas, mas não frequentemente eram lugar de

moradia para as populações locais, em diversas situações se veiculou o discurso de que eram desocupadas e desabitadas. Porém, como já vimos, as chapadas eram de suma importância para a reprodução das populações locais, já que dali coletavam frutas e medicamentos, caçavam e soltavam o gado em certos períodos do ano conforme a temperatura e as estações de chuva e seca.

A ocupação (na maioria das vezes ilegal) das chapadas pela expansão da produção de soja inviabilizou o uso das mesmas por parte daquelas populações locais e fechou a fronteira para que continuassem se deslocando, conforme a produção agroindustrial avançava. **Tais populações foram expropriadas das chapadas.** Muitas foram as comunidades que deixaram de existir, principalmente aquelas que habitavam em cima das chapadas. Seus membros migraram definitivamente para as periferias das cidades, passaram a habitar as favelas dos grandes centros urbanos e a se vender como força de trabalho assalariado, quando arrumavam emprego.

As comunidades que habitavam os chamados baixões, muitas vezes, mantiveram a posse de suas terras. Em algumas situações também foram expropriadas das áreas dos baixões e também acabaram por migrar. As que mantiveram seu espaço de moradia, o fizeram sobre áreas a partir de então insuficientes para poderem se reproduzir, já que as chapadas não estavam mais disponíveis para o uso comum. Os membros dessas comunidades habitantes dos baixões passaram a integrar o mercado de força de trabalho como volantes migrantes. Nos períodos de safra agrícola, por exemplo, migravam para áreas de produção agroindustrial contratantes de trabalho assalariado, sob míseras condições de trabalho, como é o caso da produção de cana-de-açúcar no Centro-Sul do Brasil e do trabalho do *boia-fria*.

Ao fim da safra, o trabalhador volante voltava para sua terra, nos baixões, e fazia a roça enquanto a nova safra não recomeçava.

Na maioria das vezes, vale destacar, eram os homens a migrar e as mulheres a ficar cuidando da família e das roças. De certa forma, podemos formular que os camponeses estavam impossibilitados de manterem as condições de reprodução que vigoravam anteriormente, antes do fechamento da fronteira agrícola por meio da expansão da produção de soja. Veremos, porém, que essa situação se agravou ainda mais, a partir do século XXI, com o *boom* dos preços das *commodities* nos mercados internacionais, embora não significou a extinção dos indígenas e camponeses.

O caso da expropriação de pequenos produtores das áreas de chapada do chamado Gerais de Balsas, no sul do Maranhão, entre final dos anos 1980 e início dos anos 1990, é bastante representativo do processo de implantação da agroindústria da soja no MATOPIBA. Em tese de doutorado, Roberto Miranda (2011) recuperou o histórico de grilagem¹¹ violenta de terras nessa região, incluindo desmatamento, formação de fazendas e venda para os sojicultores que eram provenientes do Centro-Sul do Brasil. A promessa de chegada da produção de soja fomentou, especulativamente, o início da grilagem de terras nos Gerais de Balsas.

O esquema particular para acessar terras devolutas, ocupadas pelos camponeses, consistiu em um primeiro momento na expulsão, por meio de seguranças contratados por um grileiro local e na ilegal regularização das terras apropriadas, já que tal grileiro tinha relação com as autoridades locais (MIRANDA, 2011). Apenas algumas áreas teriam sido aí griladas. Uma segunda rodada ocorreu por meio de três empresas, já com empresários do Centro-Sul participando do esquema de grilagem. São estas: a Colonizadora De Carli (CODECA) e a Terra Soja (ambas do mesmo grupo), mais uma terceira empresa, a AGROSERRA.

11. O esquema de grilagem de terras diz respeito a uma falsificação de titulação fundiária com a intenção de simular a legitimidade de uma apropriação ilegal de terras. O termo se remete à prática de guardar os documentos falsificados com grilos para que a sujeira dos insetos fizesse que os documentos falsos parecessem antigos e passassem por legítimos.

O esquema de grilagem consistia em angariar um número de “laranjas” que davam seus nomes e documentos para que em cartório as empresas registrassem pedaços de terras em seus nomes como posseiros, regularizassem as posses e passassem de pronto as terras, por procuração, para as empresas. Ao mesmo tempo, funcionários das empresas aliciavam e ameaçavam os camponeses habitantes dos Gerais de Balsas, que ou aceitavam vender informalmente por preços irrisórios suas terras ou eram expulsos violentamente.¹²

O [...] agrônomo a serviço da Terra Soja, conseguiu, entre 1993 e 1995, regularizar 9.000 ha de terra na cabeceira do rio Tem Medo em nome de 46 posseiros, nenhum deles da localidade e, logo em seguida, converter todos os títulos em uma única propriedade no seu nome.

Ele usou nome de laranjas empregados dele, vinha com o CPF e imediatamente, quando o cabra dava o CPF para fazer aquele título, já assinava procuração no cartório para ele com todos os poderes. Então, ele pegava o CPF e a procuração. Com o título, ele registrava no cartório e transferia para ele. Ao todo [...] [a CODECA] conseguiu naquela região [...] mais ou menos 140 títulos de terra [...]. (MIRANDA, 2011, p. 156)

Os grileiros, após conseguirem grilar certos pedaços de terra usavam e ainda usam da prática conhecida por *abraço*, a saber, acabavam por cercar uma área milhares de hectares maior do que a contida nos documentos falsificados anteriormente adquiridos (OLIVEIRA, 2016, p. 392). Como tinham relações nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como nos cartórios dos municípios, ficava fácil regularizar as terras “abraçadas”. Essa prática é utilizada ainda hoje, como veremos adiante.

12. Diversos relatos dos tipos de violência praticados podem ser encontrados na tese em questão de Roberto Miranda (2011).

Já nos anos 1990, a SLC (Schneider Logemann Company) Agrícola S/A se implantou na região dos Gerais de Balsas. A SLC Land Co., braço imobiliário da SLC Agrícola S/A em sociedade com o fundo de investimentos inglês Valiance Capital, possui parte daquelas fazendas adquiridas nos anos 1990. A Radar Propriedades Agrícolas, sociedade entre a Cosan S/A e o fundo de pensão TIAA-CREF (Teachers Insurance and Annuity Association of America – College Retirement Equities Fund), também possui terras nessa região dos Gerais de Balsas, que tiveram as fazendas formadas entre os finais dos anos 1980 e a década de 1990. Falaremos dessas transnacionais imobiliárias agrícolas mais detidamente adiante, no presente relatório. Contudo, vale desde já ressaltar que a Radar S/A adquiriu suas terras, já no século XXI, da CODECA, **muito provavelmente griladas conforme caracterizamos.**

Alves (2006) analisa a expropriação e a grilagem de terras no oeste da Bahia, nos anos 1980 e no sul do Maranhão, nos anos 1990; porém, tem como foco os processos de expropriação no sul do Piauí, com ênfase no século XXI. Tanto a SLC Agrícola, a SLC Land Co. e a Radar S/A possuem terras no sul do Piauí, na cidade de Santa Filomena, por exemplo. As terras da Radar S/A também foram compradas do mesmo empresário proprietário da CODECA e da Terra Soja, em Balsas (MA), Alto Parnaíba (MA) e Santa Filomena (PI).

A promessa de expansão de uma produção agroindustrial por meio da rolagem da dívida externa brasileira move processos de expropriação e grilagem no MATOPIBA, já nos anos 1970 e 1980, alcançando os anos 1990. A própria promessa de implantação de infraestrutura, como ferrovias e estradas, que permitissem a auferição de renda referente a diferenças de produtividade natural do solo e também de localização do mesmo¹³, reduzindo custo

13. O que Marx denomina "Renda Diferencial I".

com fretes, impulsionou os processos de expropriação e grilagem, como nos casos que abordamos até aqui.

A própria promessa de implementação do Corredor de Exportação Norte (com rodovia, ferrovia e escoamento pelo Porto de Itaqui, em São Luís, no norte do Maranhão), em 1990, após a produção inicial de soja ter se mostrado possível naquela região, contribuiu para o aprofundamento das expropriações, compondo uma relação especulativa entre abertura de novas fazendas e demanda por terras para expansão da produção de soja, relação que viria a se aprofundar com o surgimento das transnacionais imobiliárias agrícolas a demandarem terras como ativos financeiros no MATOPIBA, a partir da primeira década do século XXI.

Na primeira metade dos anos 1990, após a moratória brasileira de 1986 e o Plano Real, os créditos subsidiados por parte do Estado para industrialização da agricultura secaram, diversas empresas quebraram, o que acarretou inclusive em diminuição dos preços da terra agrícola no país (DELGADO, 2012). Porém, já na segunda metade dos anos 1990, o BNDES retomou os créditos para a produção agrícola, o que deu novo fôlego à ocupação de terras nos cerrados brasileiros, que foi retroalimentado pelo ciclo de alta dos preços das *commodities* nos mercados mundiais de futuros (KURZ, 2011; DELGADO, 2012), ciclo que ocorreu entre 2001/2002 (com queda de preços após 2008/2009 e nova queda, mais brusca, nas safras de 2012/2013). Nessa nova e recente fase de expansão territorial da produção de soja, a ocupação dos cerrados do MATOPIBA foi ainda mais profunda, atingiu novamente a Bahia e o Maranhão, mas terminou por alcançar definitivamente o sul do Piauí e do Tocantins, como veremos a partir do próximo capítulo.

PARTE 3

A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NA REGIÃO DO MATOPIBA COMO 'ÚLTIMA FRONTEIRA' NA CONQUISTA DO CERRADO PELAS AGROINDÚSTRIAS NO SÉCULO XXI

A partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o sistema financeiro internacional passou por mudanças profundas no que diz respeito à sua capacidade de criação de dinheiro, ou seja, realização de dinheiro que se torna mais dinheiro sem explorar trabalho suficiente para fazê-lo. Após a crise das dívidas da América Latina e a moratória de países como o México (1983) e Brasil (1986), o sistema financeiro desenvolveu mecanismos de securitização de dívidas e de negociação de preços de ativos financeiros (os chamados *derivativos*) em mercados secundários, sendo ambos capazes de ampliar a liquidez dos mercados, aumentar a alavancagem das empresas em geral e, aqui a consequência mais importante, aprofundar a dependência entre produção de mercadorias e financeira da economia.

Desta forma, inaugurou-se um circuito de financiamento que alavancou os recursos oferecidos, via mercado de capitais, para os tomadores de empréstimos em geral. Este circuito inicia-se com a geração ou 'originação' de ativos pelo mercado de capitais, que também se encarrega de promover a securitização e a negociação, com a qual são obtidos novos recursos, posteriormente utilizados para gerar novos ativos, realimentando o circuito. Portanto, a chamada revolução tecnológica, simultaneamente, diminuiu a vantagem competitiva dos bancos na atividade de empréstimos e deu forte impulso ao mercado de capitais. Por último, o crescimento dos investidores institucionais, em especial os Fundos de Pensão, constitui outra força competitiva atuando no mercado antes restrito aos bancos. A origem deste tipo de fundo guarda relação com os processos de privatização dos sistemas previdenciários de vários países, assim como o desenvolvimento da indústria de previdência complementar. Vale mencionar que a reação dos bancos ao acirramento da

competição também teve efeito expansivo sobre o mercado de capitais. Vide a diversificação rumo às atividades fora de balanço (*off-balance sheet*), principalmente no mercado de derivativos. (SILVA, 2007, pp. 8-9 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 91)

No excerto acima, importa destacarmos enfaticamente o que o autor caracterizou como “realimentação do circuito”. A securitização das dívidas significou a possibilidade das instituições financeiras repassarem o risco de crédito para uma enorme diversidade de investidores, já que passaram a vender no mercado de capitais diversos tipos de dívidas, agora na figura do ativo financeiro. Além disso, a possibilidade de negociação dos preços de tais ativos nos mercados secundários de derivativos (ou seja, mercados de capitais capazes de negociar preços de títulos ou pacotes de dívidas, taxas de juros, câmbio, seguros de créditos, assim como preços futuros de *commodities*) aumentou exponencialmente a liquidez desses mercados e a procura por parte de capitais financeiros sobre acumulados por tais tipos de investimentos.

Esse processo, em síntese, passou a proporcionar a inflação dos preços dos ativos financeiros em termos mundiais e realimentou a criação de novos ativos a serem negociados. A “simulação” financeira dos lucros das empresas, inclusive daquelas produtoras de mercadorias, deixou de ocorrer como rolagem de endividamento para estar assentada na inflação de ativos financeiros.

Delgado (2012) apresenta de maneira explícita como o chamado *boom* dos preços das *commodities* a partir dos anos 2001/2002 realimentou, por sua vez, a expansão das agroindústrias no Brasil, graças à retomada dos incentivos via BNDES durante o segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2003):

Esse esforço de relançamento, forçado pelas circunstâncias cambiais de 1999, encontrará um comércio mundial muito receptivo na década de 2000 para meia dúzia de *commodities* em rápida expansão nos ramos de *feedgrains* (soja e milho), açúcar-álcool, carnes (bovina e de aves) e celulose de madeira, que juntamente com os produtos minerais crescerão fortemente e passarão a dominar a pauta de exportações brasileiras no período 2000-2010. (DELGADO, 2012, p. 95)

Importa retomarmos aqui a lógica de inflação de ativos financeiros descrita anteriormente e que passou a dominar os movimentos do capitalismo, a partir de meados dos anos 1990, para entendermos a exponencial expansão das agroindústrias no Brasil a partir de tal momento. Foi a inflação dos preços das ações de empresas de tecnologia na bolsa estadunidense Nasdaq que fomentou acumulação capitalista dos EUA na década de 1990 e do resto da economia mundial, a partir dessa economia central. A lógica da inflação dos ativos financeiros, por sua vez, está relacionada a uma subida especulativa do preço de determinado ativo, subida esta que atrai novos investidores em busca de rendimentos, mas que acaba por levar a uma deflação brusca (como estouro de uma bolha financeira) de tal ativo e à bancarrota de empresas, inclusive produtivas, relacionadas ao ativo em questão.

A partir de 2001 os preços das empresas de tecnologia despencaram (BRENNER, 2003) e capitais financeiros ociosos passaram a buscar se valorizar em novos ativos que poderiam rápida e profundamente serem inflacionados. Os dois principais foram o setor imobiliário estadunidense e europeu e as *commodities* (DELGADO, 2012; KURZ, 2011), com seus preços inflados negociados nos mercados de futuros (derivativos de *commodities*).

A realimentação que a inflação de ativos moveu ao entrelaçar os mercados de capitais com os setores produtivos da economia capitalista ficou explícita na crise imobiliária dos EUA. Investimentos securitizados, tanto para construção de imóveis como para crédito pessoal para aquisição dos mesmos, moveram a subida dos preços dos imóveis. Seus proprietários, além disso, podiam hipotecar seus imóveis com preços em ascensão e consumir, o que impulsionou o aquecimento da economia estadunidense, inflacionando-a, inclusive, na primeira década do século XXI. Com as hipotecas, os proprietários podiam até mesmo comprar novos imóveis, transformando-os em uma “máquina de sacar dinheiro”, realimentando a subida de seus preços, o que fez com que tal processo parecesse não ter fim.

Por outro lado, o desemprego estrutural da economia capitalista em termos mundiais, em razão da alta mecanização dos processos produtivos, não conduz ao aumento do trabalho, nem promove o aumento dos salários de forma suficiente a pagar as dívidas adquiridas por meio da inflação de ativos, o que acarreta, conseqüentemente, uma deflação dos preços do ativo em questão quando da incapacidade da expansão financeira em realimentar o momento altista de uma determinada bolha especulativa. Na verdade, a economia capitalista teria se transformado em um cassino de jogadores com os preços de ativos nos mercados secundários que passaram a influenciar a produção transnacional de mercadorias a nível mundial (PITTA, 2016; SASSEN, 2016, p. 100).

Os exorbitantes montantes de investimento financeiro no setor imobiliário nos EUA e Europa também ocorreram no que diz respeito aos mercados de *commodities* em geral. Os fundos de pensão e os chamados *hedge funds*, como enormes poupanças em busca de valorização, também moveram a subida especulativa

dos preços desse tipo de mercadorias negociáveis nos mercados de futuros, nos quais se negocia uma promessa de preço para uma transação futura.

Dado que a partir desses preços futuros é possível que produtores de *commodities*, *tradings* e indústria processadora adquiram financiamento sobre uma promessa de produção a ser entregue no futuro, em espécie, ficamos diante de um cenário que também se realimenta enquanto a tendência de alta dos preços nesses mercados se mantém. Em certo sentido, poderia-se dizer que quanto maior sua capacidade de produzir uma *commodity* (que é o ativo financeiro dos produtores e *tradings* de *commodities*), maior sua capacidade de adquirir adiantamentos sobre uma promessa de produção futura. Quando as grandes empresas produtoras de *commodities* passam a abrir seus capitais em bolsas de valores, adicionando aí suas ações também como ativos financeiros, a possibilidade de realimentação dos processos de inflação dos preços dos ativos financeiros se amplia exponencialmente, como é o caso de empresas como SLC Agrícola S/A (produtora de soja) e Cosan S/A (produtora de cana, açúcar, etanol e energia elétrica a partir da queima do bagaço da cana).

Importa aqui destacarmos que a passagem da “simulação” da acumulação capitalista de rolagem das dívidas para a inflação dos ativos por meio do mercado de capitais (financeiro) não deixa de se relacionar com o momento de produção de mercadorias, mas, pelo contrário, **passa a tratar toda e qualquer mercadoria como ativo financeiro**, determinando qual deverá ser produzida e qual não o será a partir da lógica especulativa das bolhas financeiras. Isso vale para a produção de açúcar, soja, minério de ferro, petróleo e inclusive a terra (SASSEN, 2016, p. 100).

FIGURA 3 | ÍNDICE DE PREÇOS DE COMMODITIES AGRÍCOLAS DEFLACIONADO PELA INFLAÇÃO NORTE-AMERICANA



FONTE: SERIGATI, 2015.

FIGURA 4 | PREÇOS INTERNACIONAIS DA SOJA (2012 - 2017)



FONTE: SERIGATI, 2015.

Com a crise econômica mundial, a partir de 2008 (KLIMAN, 2012), iniciou-se uma queda brusca nos preços das *commodities* (KURZ, 2011; DELGADO, 2012), já que capitais especulativos migraram para títulos de baixo risco e de baixa rentabilidade, como o são os títulos do governo estadunidense. Após uma primeira queda, os preços retomaram um processo inflacionário, mas a partir de meados da safra 2012/2013 voltaram a cair de forma acentuada. Muito se comenta acerca da alta dos preços das *commodities* imediatamente anterior à crise de 2008 (OLIVEIRA, 2016). Dado o funcionamento desse mercado de futuros, vale dizer que os preços tendem a subir conforme promessas de ampliação de produção futura, justamente o que aconteceu entre 2007 e 2008, quando a *Food Administration Organization* (FAO) anunciou uma crise alimentícia para os anos seguintes. Vale ressaltar, porém, que tal tendência altista logo foi revertida pelos impactos da crise econômica mundial sobre os fundos investidores nos mercados de futuros de *commodities*.

Naquele primeiro momento de deflação dos preços nesses mercados, diversas empresas faliram, muitas especulando com câmbio ao utilizarem-se dos empréstimos que haviam adquirido sobre sua promessa de produção futura (FARHI e BORGHI, 2009). Muitas foram, inclusive, as usinas de cana-de-açúcar a irem à bancarrota, em razão de seu alto endividamento, lastreado nas altas dos preços futuros de açúcar nos anos anteriores. Após 2012 e 2013, a situação se aprofundou ainda mais (PITTA, 2016; CERDAS, 2015) e a crise econômica brasileira atual tem relação importante com o movimento do capitalismo a nível mundial por nós aqui apresentado.

Assim, a prosperidade brasileira dos últimos anos assenta em pés de barro. O sucesso de exportação baseia-se principalmente em matérias-primas industriais e agrícolas, como minério de ferro, açúcar, etanol (biocombustível a partir de cana-de-açúcar), café e carne. A forte subida dos seus preços estimulou o crescimento e as reservas de divisas. Com uma recessão global esse processo pode ser rapidamente revertido. (KURZ, 2011, p. 1)

O momento de subida dos preços de *commodities*, como vimos anteriormente, resultou em profunda expansão dos níveis de área plantada, produção e produtividade das agroindústrias no Brasil. Foi nesse período que a produção de soja alcançou definitivamente o MATOPIBA (PITTA e MENDONÇA, 2015), não mais como ocupação da fronteira agrícola a promover a formação do mercado nacional de trabalho e de terra, como nos anos 1950/1960, como vimos anteriormente, **mas agora como acumulação de ativos financeiros** a servirem de lastro para a nova promessa de expansão da produção de tais ativos movida pela inflação do preço destes nos mercados financeiros de derivativos mundiais. Entre 2000 e 2014, a área plantada com soja e cana-de-açúcar no MATOPIBA aumentou **253% e 379%, respectivamente** (CERDAS, 2016). No caso da soja, a área plantada foi de um para 3,4 milhões de hectares.

Tal movimento da agroindústria no campo brasileiro necessitou, assim, de um crescimento em níveis exponenciais relacionados à capacidade de expansão dos capitais financeiros e para isso não bastava o aumento de sua produtividade, mas também da área plantada com tais *commodities*. Combinou-se assim, aumento da produção e da produtividade em níveis que também moveram a subida inflacionária do preço da terra como ativo financeiro.

Dessa forma, mesmo após a queda nos preços das *commodities*, pode-se perceber a continuidade da subida do preço da terra, ocorrendo, assim, um descolamento entre os lucros obtidos com uma produção de mercadoria em determinado tipo de solo e a renda capitalizada da terra, a partir da negociação da mesma também como um tipo de ativo financeiro (DELGADO, 2012; PITTA e MENDONÇA, 2015).

Sassen (2016, p. 100), ao analisar a transformação da terra em ativo financeiro a partir da criação de um mercado global de terras e também da criação de empresas transnacionais imobiliárias agrícolas (PITTA e MENDONÇA, 2015), observa o seguinte sobre a aquisição das terras por essas transnacionais, exponencialmente mais relevantes a partir da crise de 2008:

A aquisição de terra estrangeira não é um acontecimento solitário. Ela requer e, por sua vez, estimula a criação de um vasto mercado global de terras. Implica o desenvolvimento de uma infraestrutura de serviços igualmente vasta para permitir vendas e aquisições, obter a posse ou os direitos de arrendamento, desenvolver instrumentos legais apropriados e até pressionar pela criação de novas leis que acomodem essas compras em um país soberano. Essa infraestrutura vai muito além do que apoiar o mero ato da compra. Não apenas facilita, como também estimula novas aquisições de terras por parte de estrangeiros. Esse setor de serviços especializados cada vez mais sofisticado inventa novos tipos de contrato e formas de propriedade e cria instrumentos inovadores de contabilidade, legislação e de seguros. À medida que se desenvolve, ele depende, por sua vez, de novas aquisições de terra estrangeira como fonte de lucros. Vemos o começo de uma mercantilização em grande escala, o que pode levar à financeirização da mercadoria que continuamos a chamar simplesmente de terra. (SASSEN, 2016, p. 100)

Nesse sentido, na atualidade observamos uma verdadeira corrida pela conquista do Cerrado, também, na frente da expansão das infraestruturas. Conforme o agronegócio avança, há um correlato movimento de expansão de investimentos em rodovias, ferrovias, hidrelétricas... grande parte do qual é puramente especulativo, mas que, da mesma forma, leva a uma maior expansão das outras frentes de acumulação de capital no bioma. Para se ter uma ideia, a EMBRAPA tem identificado um total de 3.970 empreendimentos potenciais só na região do MATOPIBA, compreendendo os eixos de energia, transporte, logística e urbano/social, que, caso materializados, implicariam uma intervenção massiva numa região que já é alvo de grandes investimentos (CERDAS, 2016).

Não por acaso, diversas transnacionais produtoras de *commodities*, como a Cosan S/A, a SLC Agrícola S/A, a BrasilAgro, a Sollus Capital, a TibaAgro por meio do Fundo VisionBrazil Gestão de Investimentos e Participações Ltda., passaram, a partir de meados de 2008/2009¹⁴, a investir na terra como principal ativo financeiro de seus negócios. Em alguns casos, como a Cosan S/A e a SLC Agrícola S/A, as empresas de capital aberto em bolsa de valores e constituídas no formato de *holdings*, criaram braços como transnacionais imobiliárias agrícolas a fim de negociarem a terra agrícola como negócio exclusivo de empresas como Radar Propriedades Agrícolas S/A e SLC LandCo., de propriedade respectivamente das duas empresas acima citadas em sociedade com fundos de pensão ou de investimentos internacionais (PITTA e MENDONÇA, 2015).

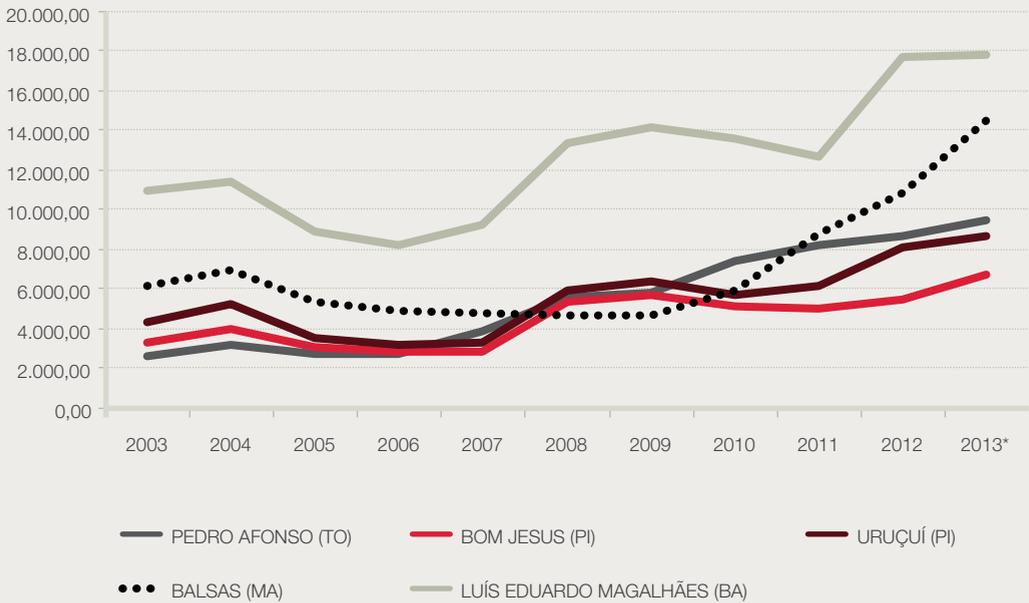
Como vimos, a subida dos preços das *commodities* nos mercados de futuros internacionais moveu a ocupação de novas áreas para sua produção, mesmo que relativamente com alta produtividade, altos índices de mecanização e baixa incorporação de

14. Ver as seguintes notícias: “Megaprodutores consolidam a última fronteira” (*Valor Econômico*, 1 de abril de 2013) e “10 grupos têm um terço da nova fronteira da soja” (*Valor Econômico*, 1 de abril de 2013).

trabalho no processo produtivo. Foi assim que a produção de soja atingiu com profundidade as áreas de chapada do MATOPIBA e passou a ocupar terras devolutas de chapada, **muitas delas utilizadas secularmente por camponeses e pequenos produtores rurais**. Essas áreas, com Cerrado ainda nativo, utilizado de forma comum pelas populações rurais locais, ao ser desmatada e inserida no mercado de terras como fazenda formada, pode ser incorporada a um custo muito baixo e precificada, elevando a renda capitalizada quando de sua venda, após aumentar sua produtividade, por meio do preparo do solo e de formação de estruturas internas para produção de soja, no caso da região em questão.

Vale dizer que o MATOPIBA apresenta condições muito propícias de aumento da produtividade da produção de soja, permitindo os produtores ali presentes auferirem boa renda diferencial I (recursos naturais e localização) e diferencial II (a partir da incorporação de tecnologia às características já presentes naquele solo). Isso eleva seu preço no mercado e se torna um negócio muito relevante para a agroindústria da soja, que passa a ter na abertura de novas áreas e precificação das mesmas por meio da implantação da produção de soja, um dos principais ativos de seus negócios, podendo colocar a terra à venda após tal procedimento ou apenas incorporá-la ao seu portfólio como ativo a inflar os preços das ações das empresas. Vale lembrar que a subida das ações de uma empresa pode lastrear novas dívidas que funcionam como investimento e promessa de nova produção futura, movem uma expansão em área e a incorporação de novas terras, o que realimenta o processo altista dos preços dos ativos das empresas.

FIGURA 5 | PREÇO DA TERRA NO MATOPIBA

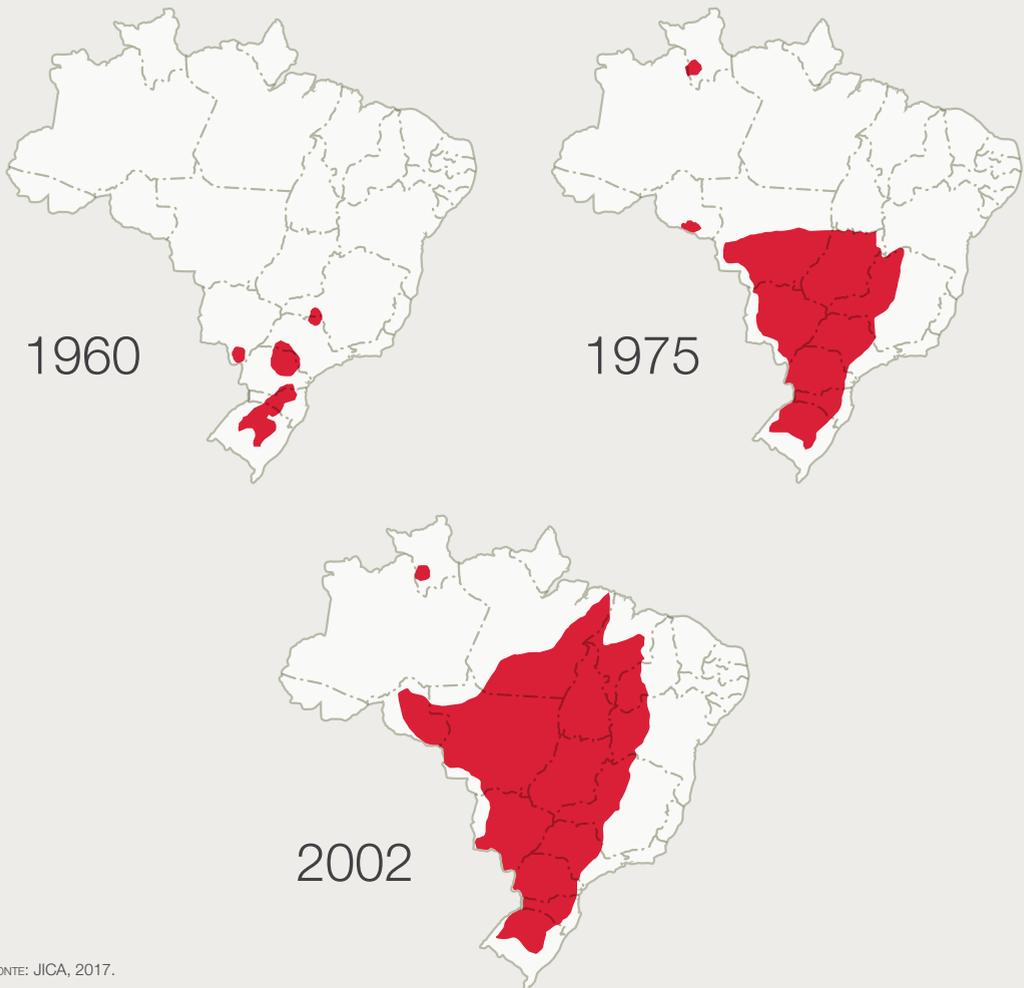


FONTE: FNP.
 ORG.: Débora Lima. Preços corrigidos pelo IGPM de setembro 2014.

A consequente subida dos preços das terras, a partir da subida dos preços das *commodities* nos mercados de futuros internacionais, por sua vez, também moveu o aumento de processos de grilagem de terras, mesmo que nem sempre sejam diretamente transnacionais proprietárias fundiárias que realizam o processo inicial de apropriação ilegal de terras, mas terceiros, impulsionados pelas altas especulativas de seus preços, visando à sua comercialização. O próprio processo de subida dos preços das terras movidos pela demanda pelas mesmas, por parte de transnacionais relacionadas às agroindústrias, fomenta o aumento dos processos de grilagem de terras, expropriação de camponeses e desmatamento de áreas do Cerrado, como é o caso aqui estudado do MATOPIBA, com suas consequências sociais e ambientais, conforme apresentaremos a seguir.

Em relação à ocupação do Cerrado pela agroindústria da soja nas décadas anteriores ao *boom* das *commodities*, podemos ver que as áreas de chapada, propícias para o seu cultivo hegemônico (na rotação de culturas, cultivam-se também milho, eucalipto, cana-de-açúcar e algodão), foram quase todas ocupadas. No oeste da Bahia, sul do Maranhão, sul do Piauí e sudeste do Tocantins, nas áreas do Cerrado, se expandiu e se aprofundou a ocupação das chapadas, muitas ainda com Cerrado nativo presente, até a expropriação e grilagem das terras, devolutas, e posterior desmate por meio do uso de tratores e correntão. A Figura 6 apresenta esse processo, mostrando como até 2002, justo no início do *boom* dos preços, houve uma corrida da soja para o Cerrado como um todo e para a região do MATOPIBA:

FIGURA 6 | EXPANSÃO DA SOJA NO BRASIL, 1960-2002



FONTE: JICA, 2017.

15. “Por constrição territorial entendemos as relações sociais territorializadas no processo de territorialização do capital, por meio das quais se impuseram, violentamente, o modo, a forma e o lugar a ser efetivada a reprodução do trabalho, seja por ação direta ou indireta do mercado e/ou do Estado. Já o confinamento denota a posição contraditória do gestar de uma situação posta com o processo crítico da reprodução do capital, na qual restam cada vez menos possibilidades à reprodução do trabalho dos posseiros, que não a mediada pelo Estado em determinados lugares” (KLUCK, 2017, p. 18, nota 6).

16. Não detalharemos nem a localização, nem os nomes das comunidades visitadas a fim de preservar o anonimato de seus moradores, garantindo sua já tênue segurança.

A partir de 2002, com o surto dos preços e a maior expansão da soja no MATOPIBA, as comunidades rurais ficaram ainda mais pressionadas, cercadas pelas agroindústrias, com menos terra para se reproduzir do que anteriormente, “constritas e confinadas”¹⁵ (KLUCK, 2017, p. 18, nota 6) a pequenos pedaços de terras, em diversos casos. Os impactos mais gerais e mais recentes, como pudemos averiguar em mais de um trabalho de campo realizado na região, principalmente com comunidades¹⁶ na região de Santa Filomena, na Chapada Até que Enfim, no sul do Piauí; e na região de Balsas, nos Gerais de Balsas, no sul do Maranhão são terríveis. Em ambas as áreas, SLC Agrícola e Radar S/A possuem terras e produções de soja. Em Santa Filomena, a Insolo também está presente.

IMAGEM 1 | CHAPADA ATÉ QUE ENFIM / SANTA FILOMENA (PI), 2001

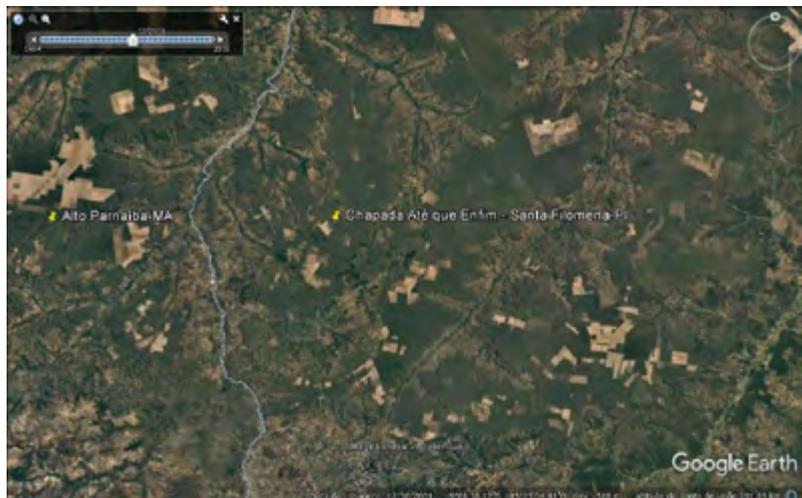


IMAGEM 2 | CHAPADA ATÉ QUE ENFIM / SANTA FILOMENA (PI), 2008

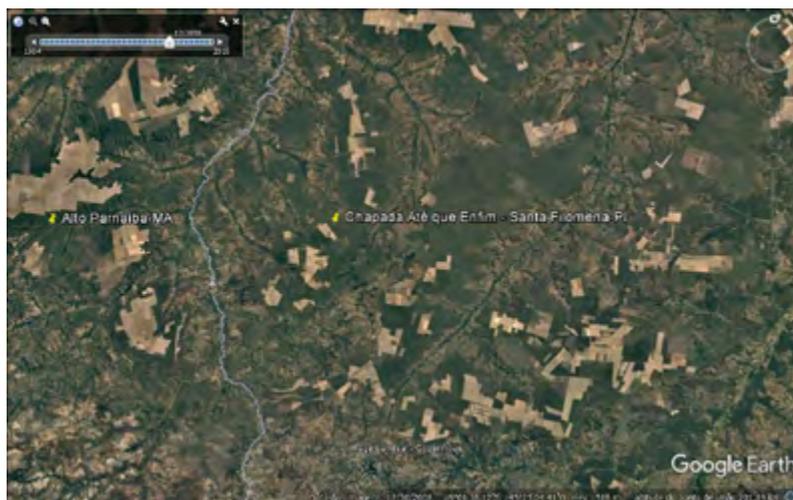


IMAGEM 3 | CHAPADA ATÉ QUE ENFIM / SANTA FILOMENA (PI), 2017



FONTE IMAGENS 1, 2 E 3:
GOOGLE EARTH,
maio de 2017.

O desmatamento generalizado do Cerrado das chapadas, visível na sequência histórica das fotos de satélite, mudou o regime pluviométrico da região e a seca passou a castigar por mais tempo do que o de costume. Muitos rios secaram, **já que suas nascentes foram destruídas pela soja**, assim como o consumo de água pelo lençol freático por tal produção também reduziu a quantidade de água a descer pelos baixões. Vale lembrar que as comunidades rurais habitam os baixões, de onde retiram água para beber e produzir, assim como retiram a pesca para se alimentar. Sem os rios e brejos, fica impossível permanecer nos baixões.

O **uso de agrotóxico nas produções da agroindústria** acarretou outros problemas socioambientais graves. Os agrotóxicos são muitas vezes despejados de aviões, o que contamina os rios e o lençol freático, mata peixes e roças das populações rurais e por isso, diversos são os casos relatados de aumento do número de pessoas com câncer e de alimentos contaminados. O uso do pacote tecnológico **expulsa insetos e pragas para as roças das populações rurais**, devastando-as em alguns casos, inviabilizando a reprodução por meio delas.

O desmatamento das chapadas e de seu Cerrado extingue diversos elementos da fauna local, antes passíveis de serem caçados para a alimentação das populações rurais, as quais atualmente não mais dispõem dessa fonte de alimentação.

A irrigação das produções de soja **cada vez mais se utiliza de barragens nos rios** nas áreas de chapada para abastecerem seus pivôs centrais para compensarem a redução do regime pluviométrico na região, agravando ainda mais a seca que se aprofunda ali.

Além disso, no que diz respeito à continuidade do **assédio pelas terras ocupadas por indígenas, quilombolas e camponeses**, vale ressaltar que a grilagem e a expropriação da terra

propriamente dita continuam. Além das áreas de chapada, totalmente devastadas, tendo como consequência as fazendas não observando a legislação que exige a manutenção de área de preservação de 35% do Cerrado, **as agroindústrias passaram a comprar, grilar e cercar áreas dos baixões**, justamente local de moradia e produção de roça das populações rurais:

Os camponeses dos baixões foram os primeiros a sofrerem o impacto da ocupação recente, pois no uso privado dos gerais também foram incluídas as terras de fundo de vale que separam os platôs, os baixões. Para a agricultura moderna, essas terras não apresentam, neste momento, importância produtiva, mas são utilizadas para atender à legislação ambiental, pois é necessário reservar áreas de preservação permanente. Como o empresário agrícola deseja retirar o máximo de vegetação das áreas dos platôs planos para a produção, sobram, então, os domínios dos baixões para cumprir as determinações legais ambientais.

Ao adquirir áreas de platôs onde também existem áreas de baixões, o empresário ou o especulador imobiliário frequentemente se posiciona contra a permanência de posseiros na área, requisitando a saída das famílias, seja através de coerção, seja tentando convencê-las a receber quantias em dinheiro (normalmente valores quase irrisórios) para deixar livres as terras da ocupação humana. (ALVES, 2006, p. 181)

Além disso, as áreas de baixões planas têm sido atualmente griladas, tanto para a produção industrial e intensiva de gado, quanto para a implantação de produção de soja irrigada com pivôs centrais. Na verdade, essas formas de assédio e ocupação dos baixões são as mais recentes e que pudemos observar em relatos obtidos junto às comunidades rurais em trabalhos de campo

recém-realizados. Conhecemos casos muito recentes, em Santa Filomena, na Chapada Até Que Enfim, de **comunidades que tiveram áreas inteiras dos baixões cercadas e protegidas por jagunços funcionários das produções de soja**. Nessas áreas, eles retiravam lenha e caçavam, isso no próprio baixão, e atualmente estão impedidos, sob ameaça de morte, de acessarem tais locais.

A prática do “abraço”, que já descrevemos anteriormente, continua a ser utilizada por grileiros, que podem ser locais, empresários maiores de fora da região, empresas produtoras de soja ou até mesmo diretamente transnacionais imobiliárias agrícolas. Vale aqui lembrar, assim, que a grilagem de terras e o processo de expropriação não ocorrem necessária e diretamente por uma transnacional imobiliária agrícola, mas a inflação do ativo terra e a promessa de subida do preço desta no mercado de terras movem a percepção de que tais imobiliárias ou empresas da agroindústria irão demandar mais terras, o que aprofunda ainda mais as expropriações e as grilagens no local:

Nos cerrados piauienses os casos recentes de expulsões de trabalhadores são incontáveis. Em Bom Jesus, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município recebeu, nos últimos anos, várias denúncias apontando para a expropriação de posseiros, além de verificar a ocorrência de conflitos entre as próprias comunidades moradoras nos baixões, estimulados por especuladores fundiários interessados nas terras dos camponeses. Os documentos contendo registro de depoimentos dos moradores dos baixões no sindicato daquele município indicavam uma acelerada expansão do comércio de terras com o envolvimento de alguns posseiros e de agricultores modernos, produzindo prejuízo para os demais moradores dessas áreas.

Em 2005, havia várias denúncias registradas na documentação do sindicato, a principal delas referia-se a um conflito na Serra do Pirajá, nos municípios de Bom Jesus e Currais, área constituída de platôs e baixões. Uma parte dessas terras, predominantemente de platôs, foi distribuída pelo governo do Piauí para associações de pretensos produtores agrícolas de outros estados, sobretudo do Rio de Janeiro [...]. A outra parte, localizada nos baixões e também nos gerais, manteve-se sob posse de seus antigos moradores. Algumas famílias posseiras habitantes daquelas terras, entretanto, reclamavam de outras famílias da mesma condição, alegando que essas vendiam posses suas e de outros para empresários da agricultura moderna. Os denunciantes apontavam um grande especulador imobiliário incentivando anonimamente para que alguns posseiros vendessem a parcela que lhes cabia na posse ou até mesmo ampliassem irregularmente seus domínios sobre as áreas dos demais, o que lhes renderia mais dinheiro. Após o negócio concluído, o dito especulador, além de pressionar os outros também a venderem suas terras, expandia o tamanho da propriedade adquirida a partir da elaboração de documentação fundiária falsa. (ALVES, 2006, p. 182)

Estamos novamente diante aqui de **diversos momentos do esquema da grilagem de terras para especulação imobiliária** e da expropriação de comunidades rurais. A começar pelo Estado, que, ao distribuir terras devolutas de chapada, simplesmente **ignora o uso comunal secular dessas áreas**, expropriando as comunidades de tais usos, áreas que deveriam ser suas por direito, mesmo que não possuam os títulos das mesmas, dado o longo período em que ali se reproduzem. O especulador imobiliário então, após acessar tais áreas, pratica o chamado “abraço”, expandindo ilegalmente suas propriedades por meio de aliciamento, violência direta e falsificação (OLIVEIRA, 2016, p. 392). A subida do

preço da terra realimenta esses processos, já que a abertura de novas fazendas a custo praticamente zero só pode ocorrer sobre terras devolutas, terras essas que não estão desocupadas, como viemos demonstrando. Tal especulador, grileiro direto, depois ou vende essas áreas para imobiliárias maiores, inclusive às transnacionais, ou ele mesmo é funcionário de uma empresa da agroindústria ou de grandes imobiliárias.

As comunidades rurais, então, **ficam cada vez mais confinadas a pequenas parcelas de terras**, já que tanto chapadas como baixões vêm sendo hoje lugar de especulação imobiliária agrícola. Ao migrarem em busca de se vender como força de trabalho assalariada, não conseguem encontrar trabalho, dado o nível de industrialização e de automação dos processos produtivos capitalistas, resultado da própria acumulação de capital e suas contradições. São, assim, incontáveis os relatos de moradores que, confinados em pequenas parcelas de terras se submetem às piores condições de trabalho disponíveis no mercado, sendo uma das facetas mais trágicas desse processo terem de se empregar como trabalhadores “análogos aos escravos” nas próprias agroindústrias que os expulsaram de suas terras: na catação química, na catação de pedras e de tocos, na limpeza do terreno antes da implantação da produção de soja (ou seja, inclusive **auxiliando na implantação da fazenda que acabou de os expropriar**).

Muitos **migram para as periferias das cidades** e mantêm ambas as moradias, na roça e na cidade. Nas cidades, compõem as favelas e se submetem ao trabalho informal, ao tráfico de drogas e a diversas formas de sobrevivência consideradas juridicamente ilegais, mas são as que estão disponíveis. Em muitos casos acabam confinados em prisões e compõem o encarceramento em massa mundial atual (SASSEN, 2016).

As mulheres, muitas vezes, encontram nas grandes cidades trabalhos como empregadas domésticas ou diaristas. E no ciclo de *boom* das *commodities* pelo qual o Brasil passou, o qual se relacionou com um ciclo da indústria automobilística e imobiliário, muitos homens foram trabalhar na construção civil, nas grandes obras (como Belo Monte) e nos estádios da Copa do Mundo de 2014. Quando a crise econômica mundial atingiu em cheio o Brasil, a partir de 2013, com maior inflexão a partir de 2015, tais possibilidades de superexploração do trabalho se extinguem para a maioria da população, sendo que os índices oficiais de desemprego beiram as 13 milhões de pessoas (mais de 12%). Os dados oficiais, contudo, podem não estar dando conta da extensão atual do desemprego no Brasil.

Algumas retomadas de terras ainda são possíveis hoje. O filme documentário *17 sonhos e uma cerca*¹⁷ demonstra a luta da comunidade rural do Assentamento Rio Preto, em Bom Jesus, no sul do Piauí, área próxima à grilagem relatada no excerto de Vicente Alves (2016), citado logo acima. Mesmo após anos de luta, inclusive com histórico de morte decorrente do conflito com o grileiro de terras na área da chapada, obtiveram a demarcação de suas terras por parte do INTERPI (Instituto de Terras do Piauí). Não se sabe se por erro ou má fé, essas terras foram oficialmente demarcadas em área equivocada e em tamanho menor do que o almejado e, sendo assim, o conflito com os grileiros continua até hoje, mesmo estando as terras já oficialmente demarcadas e titularizadas. Ou seja, nem isso parece ser suficiente para conter o assédio da especulação imobiliária de terras rurais.

17. MILU, 2015. Disponível em: <<https://youtu.be/uhrzWC-j93SM>>.

Importa explicitarmos que, de imediato, o reconhecimento por parte das comunidades de áreas que utilizavam secularmente, então suas por direito, mesmo que estejam há anos griladas, como é o caso de algumas áreas de chapada do MATOPIBA griladas já nos anos 1980/1990, é fundamental para uma **tentativa de restituição das mesmas**. A falsificação do documento de propriedade das terras por parte de grileiros não expira como crime, já que o documento falso continua sendo usado até hoje, auferindo altas rendas para os especuladores, inclusive transnacionais.

As atuais leis de regularização fundiária, como a recente Lei nº 6.709, de 28 de setembro de 2015, do estado do Piauí, visando a titularizar as áreas das comunidades rurais, assim como as áreas ocupadas pela produção agroindustrial (de soja, milho, cana, algodão, eucalipto, gado), acabam simplesmente por tentar manter o estado atual da ocupação territorial – estado que, como vimos, é de expropriação das anteriores formas de reprodução social de indígenas e camponeses. O estado atual de tal ocupação territorial funciona, em muitas situações, como **confinamento** (KLUCK, 2017) para as comunidades rurais, que estão cercadas pelas agroindústrias, submetidas ao assédio de especuladores imobiliários e tendo de aceitar as piores condições de trabalho no mercado nacional de trabalho assalariado caracterizado pelo desemprego estrutural.

A continuidade da demanda por terras como ativo financeiro, inclusive, demanda questionarmos as consequências da regularização fundiária, já que, ao mesmo tempo que legitima apropriações de terras ilegais do passado, regulamenta a possibilidade de **expulsões regularizadas** – inclusive, já que o pequeno proprietário continuará a ser assediado pela especulação imobiliária de terras agrícolas, já que a demanda por essas terras está determinada

pela “simulação” da acumulação da lógica financeira de inflação de ativos (como a terra) do capitalismo monopolista mundializado (OLIVEIRA, 2016) ou sistema mundial do patriarcado produtor de mercadorias (KURZ, 1999). Como bem o destaca Sassen (2016, p. 144), tem o potencial de engolir tudo, desde pequenas moradias em áreas suburbanas até grandes extensões de terras dotadas de recursos estratégicos, submetendo povos, economias e governos inteiros a seu próprio critério de medição de sucesso.

À MANEIRA DE CONCLUSÃO

Em síntese, o MATOPIBA se apresenta como uma área de expansão recente dentro de um processo histórico de expansão do agro-negócio no Cerrado, **processo de matriz predatória** que abarca quase cinco décadas e que, ao longo desse tempo, tem operado uma sistemática expulsão e desestruturação das comunidades rurais que habitavam a região, desenvolvendo diversos modos de vida baseados na posse da terra, sem que o Estado brasileiro tenha se ocupado em garantir os mínimos direitos desses camponeses, povos tradicionais e indígenas. Sendo que esses grupos são literalmente esmagados pelo avanço do capital no campo e a seguir não encontram alternativas de vida sustentáveis em suas antigas terras nem nas cidades, incapazes essas últimas de oferecer serviços e moradia adequadas a grupos sociais cuja existência não pode ser reduzida a um processo de urbanização precária e excludente. Na cidade, simplesmente, esses grupos e comunidades tradicionais são completamente desfigurados e sua reprodução enquanto grupos é completamente inviabilizada, levando à sua extinção.

Isso tudo faz mais premente do que nunca a defesa da reforma agrária e da regularização de terras indígenas e tradicionais de uma forma que assegure a esses grupos a materialização de seus direitos, diante do avanço voraz do capital. A desterritorialização em curso não pode ser combatida apenas mediante medidas paliativas. Deve ser corrigida atacando o núcleo estrutural da desigualdade no campo, a saber, a histórica exclusão dos camponeses e povos indígenas e tradicionais da terra e do território, processo que acompanha toda a história do Brasil e que continua a se expressar nos moldes de uma contemporaneidade globalizada, financeirizada, em que novos atores reproduzem velhas estruturas e asseguram ao capital o controle de recursos estratégicos para sua *aparentemente* infinita reprodução. A regularização fundiária das

terras ocupadas pelos povos do Cerrado deve responder as particularidades de cada grupo, tanto aqueles para os quais já existem disposições legais (indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco), quanto aqueles que sequer são reconhecidos como povos tradicionais pelo poder público. Mas sempre visando à sua preservação e à garantia de direitos no mais amplo sentido.

Fora as dramáticas consequências sociais da expansão do agronegócio e de todas as frentes do capital no Cerrado (e especialmente no MATOPIBA), temos os impactos ambientais que o desmatamento excessivo, a utilização intensiva do solo e a poluição das águas estão causando e vão causar nas próximas décadas. Na euforia da expansão do agronegócio e dos grandes empreendimentos, ninguém parece parar para pensar que a depleção dos grandes aquíferos, lençóis freáticos e cursos d'água se configura desde já como um drama de magnitude incalculável, quando pensamos desde uma perspectiva integral, que compreende a fauna, a cobertura vegetal e as populações humanas, que simplesmente não podem existir sem uma adequada provisão de água. Hoje, esse recurso está concentrado para abastecer os interesses do agronegócio, privando a sociedade inteira de um bem comum, crescentemente depredado e privatizado.

Os impactos disso tudo para a mudança climática também devem ser estudados, sendo que a devastação do Cerrado é potencialmente danosa para o ciclo hidrológico em escala global. Dos 204 milhões de hectares que compõem o Cerrado, 100 milhões já foram destruídos, a uma taxa de desmatamento inclusive mais rápida do que a da Amazônia. A forma com que o Cerrado é depredado faz com que ele seja hoje um dos principais responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa no Brasil, onde 75% das emissões são provocadas por mudanças no uso do solo,

principalmente causadas por desmatamentos e queimadas para abrir campo para a soja e/ou para o gado.

As reflexões aqui desenvolvidas refletem tendências hoje hegemônicas, comandadas por atores poderosos, estatais e privados, nacionais e transnacionais, que operam com amplo domínio dos mecanismos envolvidos nos grandes mercados financeirizados em escala global ou que a eles servem desde o Estado, a mídia e diversos centros de legitimação de seu poder. Não obstante, não podemos terminar este documento sem mencionar os múltiplos focos de resistência local diante do avanço do agronegócio, muitas vezes negligenciados ou ignorados, mas que refletem a ferrenha luta pela sobrevivência de povos historicamente excluídos.

Como vimos, desde tempos coloniais, os indígenas e camponeses sofrem a expulsão de suas terras e territórios, mas ao mesmo tempo, esses grupos defendem seus modos de vida e se organizam em movimentos, redes e campanhas que tentam visibilizar suas vozes e demandas. No caso do MATOPIBA, trata-se de uma região rica em experiências de luta social, onde movimentos de base local ou regional vêm se articulando e aos poucos vão construindo mecanismos de defesa, promoção e garantia de seus direitos.

Já mencionamos a MOPIC, mas também temos no Cerrado o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), a Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, assim como diversos movimentos em luta pela agroecologia, sindicatos de trabalhadores rurais e da agricultura familiar e suas respectivas federações, associações e movimentos ambientalistas, de mulheres, quilombolas, pastorais sociais, advogados, setores da academia e do Ministério Público solidários com a luta dos povos do Cerrado e, inclusive, organizações não governamentais internacionais, dentre elas a ActionAid, preocupadas com o futuro

do Cerrado, de seus povos e do Brasil. A Campanha Nacional em Defesa do Cerrado¹⁸, por exemplo, já articula mais de 50 atores locais, regionais e nacionais no Brasil, unidos com o objetivo de preservar esse bioma para as presentes e futuras gerações.

Assim, mesmo diante de um cenário extremamente preocupante, ainda há tempo de se articular e atuar em prol da preservação do Cerrado, visibilizando quem o está devastando e chamando a cidadania a se mobilizar em apoio aos defensores do meio ambiente e dos povos tradicionais. Esse espaço vem crescendo nos últimos anos, conforme ficam em evidência os efeitos deletérios da expansão do agronegócio nos delicados biomas brasileiros. Esperamos que este documento contribua para um melhor entendimento do quadro atual, de seus antecedentes e da lógica que opera por trás da onda expansiva do capitalismo contemporâneo, visando assim a impor limites ao mesmo e a garantir para a sociedade como um todo o desfrute dos bens comuns e para os povos do Cerrado, o seu direito de habitar as terras e territórios que secularmente garantiram sua sobrevivência. Sobrevivência da qual dependem, em larga medida, grandes parcelas da sociedade brasileira, tanto urbanas quanto rurais, que hoje podem não se sentir afetadas pela situação, mas que o serão num futuro próximo, caso as tendências atuais não sejam revertidas.

18. Disponível em: <<http://semcerrado.org.br/>>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACTIONAID. *The Struggle of Babassu Nut Breakers in Brazil for Access to Land, Territory, and Natural Resources: A Case for Implementing the Tenure Guidelines*. ActionAid, Rio de Janeiro, 2015.
- ALVES, Vicente Eudes Lemos. *Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio*. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- _____. O mercado de terras nos cerrados piauienses: modernização e exclusão. *Revista Agrária*, São Paulo, SP, números 10-11, 2009.
- BARBOSA, Altair Sales. *Cerrado: biodiversidade e pluralidade*. Blog do professor Altair Sales Barbosa. Disponível em: <<http://altairsalesbarbosa.blogspot.com.br/2008/>>. Acesso em: 13 abr. 2017.
- _____. Homo-cerratensis: a incrível jornada humana rumo ao paraíso do Planalto Central. *Revista Xapuri Socioambiental*, ano 2, n. 22, ago. 2016.
- _____. *Cerrado: “dor fantasma” da biodiversidade brasileira*. Disponível em: <<http://www.funverde.org.br/blog/cerrado-dor-fantasma-da-biodiversidade-brasileira/>>. Acesso em: 15 maio 2017.
- _____. Cerrado: o laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização. *Cadernos IHUideias*, ano 15, n. 257, v. 15, 2017.
- BENSUSAN, Nurit. *Cerrado: bioma torto?* Brasília, Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), 2016.
- BERNARDES, Júlia Adão. Modernização agrícola e trabalho no Cerrado brasileiro. *Anais do IX Colóquio Internacional de Geocrítica*, 28 de maio a 1 de junho de 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/juliaad.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2017.
- BOECHAT, Cássio Arruda. *Região do colonato: mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) do Oeste Paulista*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
- _____. *O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

- BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Câmara dos Deputados: projeto de resolução 159*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980. 8p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). *Plano Nacional de Recursos Hídricos. Panorama e estado dos recursos hídricos do Brasil*. Volume 1. Brasília: MMA, 2006.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). *Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado)*. Brasília: MMA, 2009.
- BRASIL. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). *Tipos de vegetação do bioma Cerrado*. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/AG01/arvore/AG01_23_911200585232.html>. Acesso em: 29 maio 2017.
- BRENNER, Robert. *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.
- CAMARGO, Paula. *Organização produtiva e socioterritorial da agroecologia: o MST e sua Cooperativa Agropecuária Vitória, Paranacity-PR*. Trabalho de Graduação Individual (TGI, Graduação em Geografia). Orientadora: Marta Inez Medeiros Marques. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, abr. 2010.
- CERDAS, Gerardo. *A dupla serpente: Estado e agroindústria sucroenergética brasileira na construção de uma nova matriz de inserção global (2003-2014)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2015/05/A-DUPLA-SERPENTE-ESTADO-E-AGROIND%3%9ASTRIA-SUCROENERG%3%89TICA-BRASILEIRA-NA-CONSTRU%3%87%3%83O-DE-UMA-NOVA-MATRIZ-DE-INSER%3%87%3%83O-GLOBAL-2003-2014.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2017.
- _____. As estratégias de conquista do Cerrado brasileiro pelo capital: perfil da produção e dos investimentos em infraestrutura no período recente. *Seminário Nacional sobre o MATOPIBA da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado* (apresentação). Brasília, 2016.

- DAVIDOFF, Paulo. *Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos 1970*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DELGADO, Guilherme. *Capital financeiro e agricultura: 1965-1985*. São Paulo: Ícone, 1985.
- _____. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.
- _____. “Apropriação financeira na crise”. São Paulo, *Correio da Cidadania*, 11 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11016:2015-08-11-17-27-52&catid=72:imagens-rolantes>. Acesso em: 08 maio 2017.
- ECODEBATE. *Carta dos Extrativistas e Agroextrativistas do Cerrado diante da grave situação desse bioma e seus povos*. Portal EcoDebate, 2012. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2012/02/13/carta-dos-extrativistas-e-agroextrativistas-do-cerrado-diante-da-grave-situacao-desse-bioma-e-seus-povos/>>. Acesso em: 13 abr. 2017.
- FARHI, Maryse; BORGUI, Roberto Alexandre. Operações com derivativos financeiros das corporações de economias emergentes no ciclo recente. *Anais do II Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, set. 2009. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2009/02.pdf>>. Acesso em: mar. 2013.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- INOCÊNCIO, Maria Erlan; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O PRODECER (re) visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. *CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária*. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-22, jun. 2014.
- JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY (JICA). *Economic and social impacts of Agricultural Development of the Cerrado*. JICA: Tóquio, 2017.

- KLUCK, Erick Gabriel Jones. *Quando o planejamento vai para o brejo: a mobilidade do trabalho e o planejamento territorial na modernização do Velho Chico*. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *O fim do boom das matérias-primas*. 2011. Disponível em: <<http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz395.htm>>. Acesso em: abr. 2013.
- LEITE, Ana Carolina Gonçalves. *A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador boia-fria em suas condições regionais de mobilização do trabalho*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.
- _____. *O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista*. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.
- MANDEL, Ernest. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio, 1990.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Série Os Economistas.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Série Os Economistas.
- MENDONÇA, Maria Luísa. *Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio*. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- MIRANDA, Roberto de Souza. *Ecologia política da soja e processos de territorialização no sul do Maranhão*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Humanidade, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2011.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Agricultura brasileira: transformações recentes*. In: ROSS, Jurandyr (Org.). *Geografia do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

- _____. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: um retorno aos dossiês. *Revista Agrária*, São Paulo, n. 12, 2010.
- _____. *A mundialização da agricultura brasileira*. São Paulo: landé Editorial, 2016.
- PITTA, Fábio T. *Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20102011-110312/pt-br.php>>. Acesso em: 29 abr. 2013.
- _____. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10052016-140701/pt-br.php>>. Acesso em: 29 abr. 2017.
- _____; MENDONÇA, Maria Luísa. *A empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Editora Outras Expressões, 2015. Disponível em: <<https://www.social.org.br/files/pdf/RevistaREDE2015paranet%202.pdf>>. Acesso em 17 mar. 2017.
- RANGEL, Armênio; NOGUEIRA JR., Paulo. O Brasil no Plano Brady: avaliação de alguns aspectos do acordo de 1994. *Indicadores econômicos FEE*, Porto Alegre, 1995, vol. 2, n. 4. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/872/1151>>. Acesso em: 05 abr. 2017.
- SASSEN, Saskia. *Expulsões*. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- SCHOLZ, Roswitha. *Cristóvão Colombo Forever: para a crítica das atuais teorias da colonização no contexto do “colapso da modernização”*. 2016. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz24.htm>. Acesso em: 08 maio 2017.
- SERIGATI, Felipe. Fundamentos X Mercado financeiro. *Agroanalysis*, São Paulo, ago. 2012. Disponível em: <http://www.agroanalysis.com.br/materia_detalhe.php?idMateria=1314>. Acesso em: out. 2014.

- _____. A última peça do velho cenário. *Agroanalysis*, São Paulo, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.agroanalysis.com.br/index.php/10/2015/mercado-negocios/commodities-agricolas-a-ultima-peca-do-velho-cenario>>. Acesso em: maio 2017.
- SILVA, Lauro Emilio Gonzalez da. *Crises financeiras recentes e poupança externa*. Tese de Doutorado. Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2007.
- SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. *O Cerrado em disputa: apropriação global e resistências locais*. Brasília: CONFEA/CREA, 2009.
- THOMAZ JR., Antônio. *Por trás dos canaviais: os nós da cana*. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2002.
- VALOR ECONÔMICO. “Megaprodutores consolidam a última fronteira”. *Valor Econômico*, 1o de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3067284/megaprodutores-consolidam-ultima-fronteira>>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- _____. “10 grupos têm um terço da nova fronteira da soja”. *Valor Econômico*, 1o de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3067336/dez-grupos-tem-um-terco-da-nova-fronteira-da-soja>>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- XAVIER, Carlos Vinicius; PITTA, Fábio T.; MENDONÇA, Maria Luisa. *Monopólio da produção de etanol no Brasil: a fusão Cosan-Shell*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Editora Outras Expressões, 2011. Disponível em: <<https://www.social.org.br/revista-cosanshel.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2017.
- _____. *A agroindústria canavieira e a crise econômica mundial*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Editora Outras Expressões, 2012. Disponível em: <<http://www.social.org.br/relatorioagrocombustiveis2012.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2017.
- XAVIER, Carlos Vinicius; NAVARRO, Cristiano; PITTA, Fábio T.; MENDONÇA, Maria Luisa. *Empresas transnacionais e produção de agrocombustíveis no Brasil*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Editora Outras Expressões, 2014. Disponível em: <https://www.social.org.br/Empresas_transnacionais_e_producao_de_agrocombustiveis_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2017.

FILMOGRAFIA

À sombra de um delírio verde. Argentina, Bélgica e Brasil, 2011, Documentário. Direção: An Baccaert, Cristiano Navarro, Nicola Mu. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c2_JXcD97DI>. Acesso em: 02 maio 2017.

Dezessete sonhos e uma cerca. Brasil, Piauí, 2015, Documentário. Direção: Leandro Milu / Comissão Pastoral da Terra, Piauí. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uhrzWCj93SM>>. Acesso em: 02 maio 2017.

Martírio. Brasil, 2016, Documentário. Direção: Vincent Carelli, Ernesto de Carvalho, Tatiana Almeida.

FÁBIO TEIXEIRA PITTA é pós-doutorando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo e Pesquisador da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Vem pesquisando as relações entre capital financeiro, *commodities* e terra como ativos financeiros nos últimos anos, assim como os impactos sociais destas relações.

GERARDO CERDAS VEGA é doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ e Analista de Políticas da ActionAid, atuando na área de mudanças climáticas e modos de vida resilientes, assim como desenvolvendo análises sobre a expansão do agronegócio no Brasil a partir de um olhar crítico e da construção de alternativas ao modelo hegemônico.

REALIZAÇÃO:

act!onaid

Rede
Social
de justiça e direitos humanos